

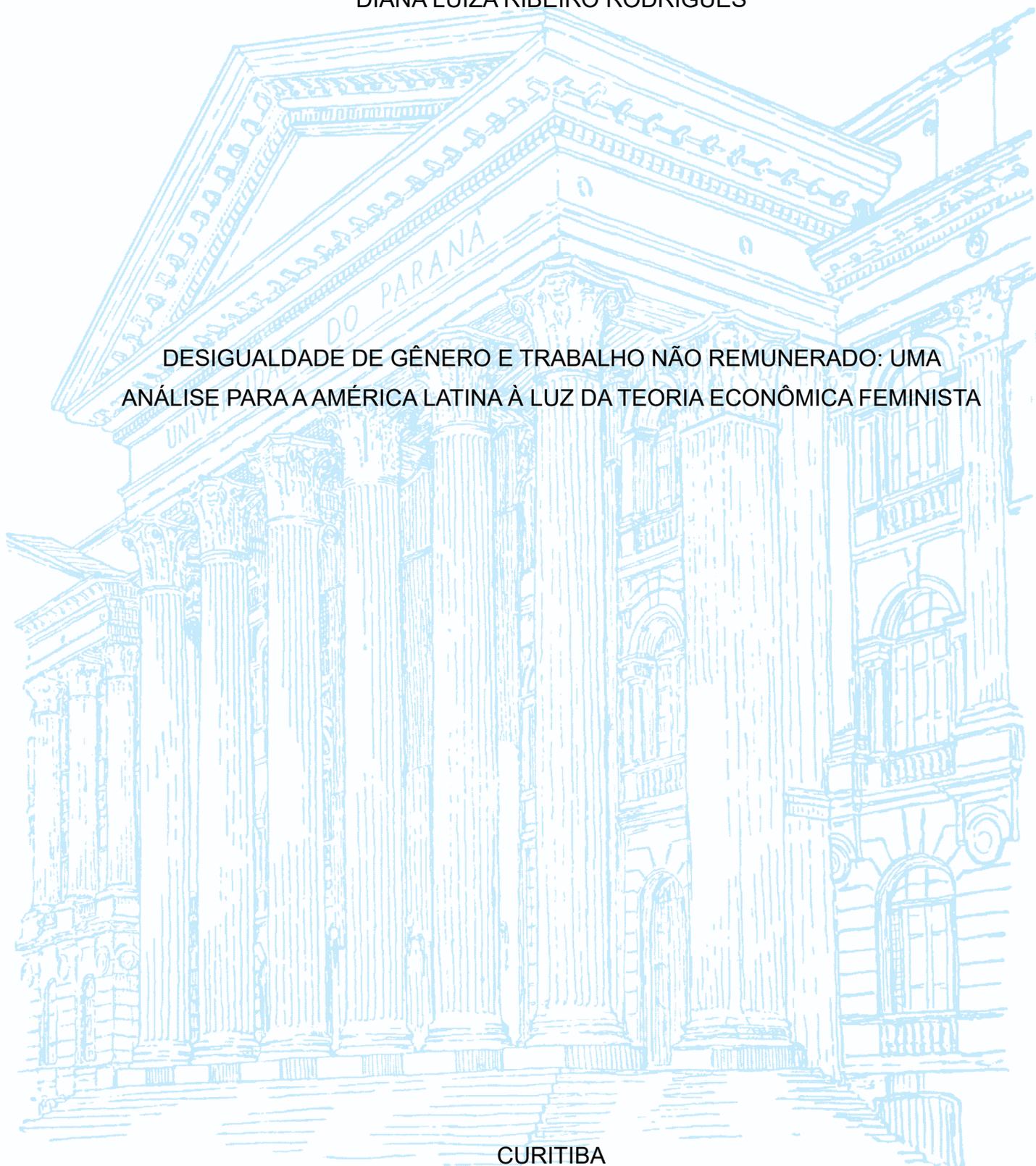
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIANA LUIZA RIBEIRO RODRIGUES

DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO NÃO REMUNERADO: UMA  
ANÁLISE PARA A AMÉRICA LATINA À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA

CURITIBA

2023



DIANA LUIZA RIBEIRO RODRIGUES

DESIGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO NÃO REMUNERADO: UMA  
ANÁLISE PARA A AMÉRICA LATINA À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA FEMINISTA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Angela Welters

CURITIBA

2023

## TERMO DE APROVAÇÃO

DIANA LUIZA RIBEIRO RODRIGUES

### O TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO NA AMÉRICA LATINA SOB A ÓTICA DA ECONOMIA FEMINISTA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

Prof(a). Dr(a)./Msc. \_\_\_\_\_

Orientador(a) – Departamento \_\_\_\_\_, INSTITUIÇÃO

---

Prof(a). Dr(a)./Msc. \_\_\_\_\_

Departamento \_\_\_\_\_, INSTITUIÇÃO

---

Prof(a). Dr(a)./Msc. \_\_\_\_\_

Departamento \_\_\_\_\_, INSTITUIÇÃO

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

*Dedico este trabalho aos meus pais, que não pouparam esforços  
para me proporcionar o acesso à educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Professora Angela Welters, pela paciência e compreensão durante o desenvolvimento dessa monografia, e por me apresentar à economia feminista. Agradeço também às minhas amigas, em especial Andressa e Thais, pela motivação constante.

*“O capitalismo colocou sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga; converteu-a em operária sem aliviar seus cuidados de dona de casa e mãe”*

*(Alexandra Kollontai)*

## RESUMO

Nesta monografia, tem-se como objetivo analisar a desigualdade nos encargos do trabalho reprodutivo não remunerado na América Latina sob a ótica da Economia Feminista, com enfoque na influência do contexto socioeconômico sobre a divisão sexual do trabalho. O ponto central da Economia Feminista é inserir o gênero (majoritariamente binário) como uma categoria analítica da teoria econômica, a fim de trazer à tona as desigualdades provenientes das relações sociais de sexo sobre os indivíduos e suas atividades econômicas e papéis sociais. O trabalho se desenvolve em uma metodologia teórica-descritiva. Primeiramente, são retratados os principais pontos da teoria econômica feminista e sua definição de trabalho reprodutivo segundo a divisão sexual do trabalho. Em seguida, são apresentados dados quantitativos sobre a conjuntura social e econômica de quatorze países latino-americanos, bem como dados sobre o tempo de trabalho reprodutivo não remunerado segmentados por categorias pertinentes. E, então, é feita uma discussão sobre os elementos agravantes da divisão desigual do trabalho reprodutivo de maneira interseccional. Esta monografia, por fim, demonstra o quão assimétricos são os encargos do trabalho reprodutivo não remunerado entre os gêneros e sua correlação com diferentes contextos sociais e econômicos, e qual dimensão do trabalho invisível para a economia neoclássica *mainstream*.

Palavras-chave: Trabalho-reprodutivo. Economia-Feminista. Divisão-Sexual-do-Trabalho. América-Latina.

## ABSTRACT

In this monograph, the objective is to analyze the inequality in the burden of unpaid reproductive work in Latin America from the perspective of Feminist Economics, focusing on the influence of the socioeconomic context on the sexual division of labor. The central point of Feminist Economics is to insert gender (mostly binary) as an analytical category of economic theory, to bring to light the inequalities arising from the social relations of sex on individuals and their economic activities and social roles. The work is developed in a theoretical-descriptive methodology. First, the main points of feminist economic theory and its definition of reproductive work according to the sexual division of labor are portrayed. Then, quantitative data on the social and economic situation of fourteen Latin American countries are presented, as well as data on unpaid reproductive work time segmented by relevant categories. And then, a discussion is made on the aggravating elements of the unequal division of reproductive work in an intersectional manner. This monograph, finally, demonstrates how asymmetrical the burden of unpaid reproductive work is between genders and its correlation with different social and economic contexts, and the dimension of work that is invisible to mainstream neoclassical economics.

**Keywords:** Reproductive-Labor. Feminist-Economics. Sexual-Division-of-Labor. Latin-America.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE USO DO TEMPO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CAUTAL) .....	22
FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO .....	37
FIGURA 3 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO .....	40

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 15 ANOS OU MAIS POR SEXO (2020) .....	36
GRÁFICO 2 - TEMPO DE TRABALHO TOTAL MÉDIO (REMUNERADO E NÃO REMUNERADO) SEMANAL EM HORAS DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS, DESAGREGADO POR SEXO .....	43
GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CUJA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE É DEDICAÇÃO EXCLUSIVA A TAREFAS DOMÉSTICAS, DESAGREGADO POR SEXO.....	46
GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FEMININA CUJA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE É DEDICAÇÃO A TAREFAS DOMÉSTICAS, DESAGREGADO POR TIPO DE ÁREA .....	47
GRÁFICO 5 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO FEMININO POR PRESENÇA DE MENORES DE IDADE NO LAR, EM HORAS SEMANAIS ....	48
GRÁFICO 6 – LARES ONDE UMA MULHER É A PRINCIPAL PROVIDORA DE RENDA, POR TIPO DE CONFIGURAÇÃO DO LAR (PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE LARES DA CATEGORIA).....	51

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PAÍSES QUE REALIZARAM PESQUISA DE USO DO TEMPO .....	30
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DAS ÚLTIMAS EXPERIÊNCIAS DE MEDIÇÃO DE USO DE TEMPO .....	31

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PIB PER CAPITA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO ÁREA GEOGRÁFICA PARA PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA.....	33
TABELA 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (GDI) PARA O ANO DE 2019.....	38
TABELA 3 - ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO (GII) PARA O ANO DE 2019 .....	41
TABELA 5 - TEMPO DE TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO MÉDIO SEMANAL EM HORAS DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS, DESAGREGADO POR SEXO.....	44
TABELA 6 – PERCENTUAL DE MULHERES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA ÀS TAREFAS DOMÉSTICAS POR QUANTIDADE DE CRIANÇAS NO LAR .....	49
TABELA 7 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO FEMININO SEGUNDO RENDA PRÓPRIA EM HORAS SEMANAIS .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAUTAL	- Classification of Time Use Activities for Latin America and the Caribbean
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
GDI	- Gender Development Index
GII	- Gender Inequality Index
GTEG	- Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero
ICATUS	- Classificação Internacional De Atividades Para Estatísticas Sobre O Uso Do Tempo
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONE	- Oficinas Nacionais de Estatística
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
SDG	- Sustainable Development Goals

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>19</b>
2.1 A ECONOMIA FEMINISTA .....	19
2.2 TRABALHO REPRODUTIVO .....	21
2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	23
<b>3 A DIVISÃO DOS ENCARGOS DO TRABALHO REPRODUTIVO NA AMÉRICA LATINA</b> .....	<b>27</b>
3.1 O USO E A IMPORTÂNCIA DE INDICADORES DE GÊNERO PARA A ECONOMIA .....	27
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS .....	32
3.2.1 PIB per capita e distribuição demográfica .....	32
3.2.2 Nível de educação formal.....	34
3.2.3 GDI – <i>Gender development index</i> .....	37
3.2.4 GII – <i>Gender Inequality Index</i> .....	39
3.3 DADOS SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO NA AMÉRICA LATINA.....	41
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>53</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	60

## 1 INTRODUÇÃO

A economia neoclássica delimita uma separação clara entre o trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo se refere as tarefas produtivas que possuem valor de troca e são realizadas no âmbito de mercado, enquanto o trabalho improdutivo são as demais tarefas, que não geram produção do ponto de vista econômico (Fernandez, 2018). Há pouca divergência entre autores sobre o conceito de trabalho reprodutivo não remunerado e das atividades que o integram. Na definição de Barajas (2016), o trabalho reprodutivo doméstico engloba as atividades de manutenção do lar (cozinhar, limpar, administrar) e atividades de cuidado direto, ou seja, de pessoa a pessoa (principalmente idosos, crianças pequenas e outras pessoas dependentes, como doentes crônicos ou pessoas com deficiência), sendo importante ressaltar que o produto dessas atividades é assimilado não apenas por quem o produz, mas por todas os indivíduos que integram o mesmo ambiente doméstico.

Um grande avanço para o mapeamento e inclusão do trabalho reprodutivo em políticas públicas e na teoria econômica é a contabilização de uso do tempo. De acordo com Aguirre e Ferrari (2014), pelo menos 18 países da América Latina e Caribe possuíam alguma pesquisa para medição do uso do tempo, ainda que existam divergências entre as diversas metodologias. Além de essenciais para o desenvolvimento de métodos para mensuração econômica do trabalho doméstico, como as contas satélite das Contas Nacionais, essas pesquisas revelam ainda outra dimensão desse tipo de trabalho - a grande desigualdade de gênero na distribuição do trabalho reprodutivo.

Um dos meios de se compreender a desigualdade na divisão do trabalho doméstico não remunerado e suas consequências é através da Economia Feminista. Os estudos nessa área surgem no século XIX, como forma de incluir o gênero como uma categoria analítica na teoria econômica. Segundo Pujol (1998), a teoria econômica até então vinha se desenvolvendo sem realmente levar em consideração o comportamento econômico das mulheres. Justamente por esclarecer e tecer críticas ao viés androcêntrico da teoria econômica tradicional e propor novas abordagens econômicas incluindo o trabalho reprodutivo, a Economia Feminista foi escolhida como base explicativa das diferenças de gênero na divisão do trabalho não remunerado nesta monografia. É de suma importância citar que a discussão de

gênero é extensa e não se resume somente ao binário feminino/masculino; entretanto, o enfoque da Economia Feminista é a perspectiva binária de gênero e por esse motivo, essa será a perspectiva adotada neste trabalho.

Como afirmado por Kergoat (2009), os papéis atribuídos aos homens e às mulheres são oriundos de uma construção social e não de fatores biológicos, e uma divisão desigual do trabalho reprodutivo é a origem de outras diversas desigualdades para as mulheres – a dupla jornada de trabalho, a dificuldade em alcançar independência financeira e a invisibilidade econômica do seu trabalho são alguns exemplos. Da mesma forma, Aguirre e Ferrari (2014) frisam que o trabalho reprodutivo doméstico não deve ser considerado como uma obrigação inerentemente feminina, em linha com o objetivo de ampliar a liberdade humana contemplando sua dignidade do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, órgão da ONU cujo objetivo é erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais (PNUD, 2001).

Daí deriva-se o objetivo geral deste trabalho – Avaliar a situação da distribuição dos encargos do trabalho reprodutivo não remunerado em uma seleção de países da América Latina tendo como base teórica a economia feminista, em destaque a economia feminista de ruptura de abordagem latino-americana, levando-se em consideração as especificidades do continente desta região. Para isso, é necessário determinar objetivos específicos. Primeiramente, será abordada a visão da Teoria Econômica Feminista sobre o trabalho reprodutivo e os determinantes de seus encargos desiguais. Em seguida, será discutida a interpretação de trabalho produtivo e reprodutivo à luz da divisão sexual do trabalho, para então avaliar a situação de uma seleção de países latino-americanos no que se refere aos encargos do trabalho reprodutivo e sua correlação com diferentes contextos socioeconômicos. A seleção dos países foi baseada na disponibilidade de dados sobre o trabalho reprodutivo não remunerado, sendo composto um grupo de 14 países para avaliação: El Salvador, Peru, Honduras, Argentina, Equador, Brasil, Chile, Paraguai, Colômbia, Uruguai, Costa Rica, México, República Dominicana e Panamá. Com embasamento empírico, serão apresentados dados da CEPAL para do período mais recente disponível.

À luz da economia feminista, pretende-se apontar porque a divisão do trabalho remunerado e não remunerado se dá de forma desigual entre os gêneros em uma seleção de países da América Latina, qual a intensidade dessa desigualdade, seus

fatores agravantes e seus efeitos sobre a participação feminina na atividade econômica.

O primeiro capítulo discorre brevemente sobre a incorporação do gênero como uma categoria analítica do estudo econômico, apresentando a economia feminista como uma importante vertente para a problemática do trabalho reprodutivo nas Ciências Econômicas. Em seguida, é traçado um panorama das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho na visão da economia feminista.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico sobre a medição do tempo de trabalho reprodutivo na América Latina, seguido por uma contextualização da situação econômica e social de cada um dos países a serem estudados. Em seguida, é feita uma análise de dados do Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL para a América Latina no período mais recente disponível. Primeiramente, é feita a análise do tempo total de trabalho, a fim de compreender a ocupação por gênero. Em seguida, é analisada a representatividade do trabalho não remunerado entre homens e mulheres, e sua variação de acordo com o local de residência, renda, configuração familiar e presença de crianças no lar.

O terceiro e último capítulo trata da análise dos dados apresentados no segundo capítulo, com foco na correlação de diferentes contextos sociais e econômicos com o encargo do trabalho reprodutivo não remunerado e suas consequências na integração plena das mulheres à atividade econômica.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Primeiramente, é necessário compreender o surgimento e os objetivos da economia feminista e sua relação com o trabalho reprodutivo, o que será feito na seção 2.1. Em seguida, na seção 2.2, é apresentado o conceito de trabalho reprodutivo, sua interpretação na economia neoclássica e sua relação com o trabalho produtivo. Na seção 2.3, se discorre sobre a divisão sexual do trabalho na abordagem econômica feminista e sua relação com a problemática do trabalho não remunerado.

### 2.1 A ECONOMIA FEMINISTA

Carrasco (2006) identifica, resumidamente, duas grandes linhas de pensamento na teoria feminista que são aplicadas na teoria econômica. A primeira linha destaca a conquista de direitos igualitários entre os sexos, sem propor alterar o modelo dominante, e se reflete no enfoque de *economia e gênero*: as desigualdades entre homens e mulheres são enfatizadas dentro dos marcos analíticos já estabelecidos, que não são questionados. A segunda linha, além de reconhecer a importância da igualdade de direitos, propõe um estudo que compreenda a situação feminina da perspectiva das mulheres sem a necessidade de equiparação aos homens. Essa última se reflete na *economia feminista*, que enfatiza a importância da superação da estrutura dicotômica para a construção de novos paradigmas mais adequados à análise socioeconômica e integração das atividades essenciais para a manutenção da vida humana.

A economia feminista como campo teórico tem sua consolidação por volta dos anos 90, porém as sementes de seu desenvolvimento datam do século XIX, antes mesmo dos movimentos sociais feministas. Desde o século XIX, a teoria econômica neoclássica é alvo de críticas por sua incapacidade de explicar os fenômenos vivenciados pelas mulheres, como as desigualdades salariais e de condições de trabalho (TEIXEIRA, 2018).

De acordo com Robeyns (2001), a definição exata de economia feminista e suas áreas de estudo e abordagens não são homogêneas, porém as insatisfações feministas têm um ponto em comum: sua origem se encontra na metodologia, epistemologia e ontologia da economia neoclássica. Assim sendo, toda e qualquer

abordagem dentro da economia feminista sobre a economia neoclássica (denominada pela autora como *mainstream*) deve impreterivelmente considerar a crítica aos principais pressupostos ontológicos e as limitações de sua metodologia, bem como a seus campos de investigação prioritários. Neste ponto, Robeyns (2001, p. 10) frisa que a economia de gênero deve ser distinguida da economia feminista justamente porque a primeira “se encaixa na economia *mainstream*, tanto no que diz respeito à metodologia, quanto em grande medida à sua ontologia subjacente”.

Importante ponto para a análise feminista é que diversas abordagens econômicas, desde a neoclássica até a marxista, compartilham de características androcêntricas. Apesar de apresentarem grande diferença em suas teorias, as abordagens que ocultam a relevância do gênero em seus objetos de estudo são agrupadas abaixo da mesma nomenclatura pela economia feminista – o viés androcêntrico. Para a Economia Feminista, o importante não é reconhecer as diferenças de gênero (justificando-as como produto de diferenças naturais, essenciais, ou de uma organização eficiente e, portanto, não passíveis de análise moral), mas sim explorá-las a partir de uma perspectiva que compreende essas diferenças como desigualdades de poder e como produto de uma construção cultural, sem tender, portanto, a naturalizá-las ou justificá-las (OROZCO, 2016).

Robeyns (2001) cita como principal diferença entre a Economia Feminista e a economia neoclássica o constante questionamento deste primeiro quanto à dimensão de gênero em fenômenos específicos, ou as implicações de gênero de mudanças nas políticas públicas. A autora define a economia neoclássica de duas maneiras: a primeira, por seu campo de estudo - por seu conceito de mercado, com agentes econômicos com preferências bem-comportadas e exógenas que realizam decisões racionais e maximizadoras de utilidade (o *homo economicus*); a segunda, por sua metodologia – modelos matemáticos formais de maximização de utilidade sob restrição. Carrasco (2006) por sua vez, cita a crítica aos aspectos conceituais e metodológicos da economia como uma constante da economia feminista – são questionadas a lógica e a consistência de seus pressupostos, a neutralidade de seus enfoques e sua capacidade de representar eventos reais. Tanto a delimitação do campo de estudo da economia neoclássica, quanto sua metodologia são alvo de críticas pela Economia Feminista por suas limitações em explicar fenômenos reais experienciados pelas mulheres:

O homo economicus é o protótipo de um indivíduo do gênero masculino, adulto, que não precisa cuidar das obrigações da casa, criar filhos, cuidar dos enfermos da família e nem dos pais idosos. Nesse sentido, o homem econômico, por um lado, não pode representar 50% da humanidade composta por homens. Tampouco representa adequadamente o comportamento dos restantes 50% composto por mulheres. (FERNANDEZ, 2018, pág 566).

Fernandez (2018) aponta que economistas feministas são provenientes de diversas escolas econômicas e se relacionam com diversas vertentes políticas do movimento feminista, e, portanto, são diversificadas também suas abordagens metodológicas. O denominador comum dessas abordagens diversas é a introdução do gênero como categoria analítica na economia, não contemplada na economia neoclássica. Para a autora, essa é também a principal diferença entre a Economia Feminista e outras escolas econômicas que buscam também abordar as limitações da economia neoclássica ortodoxa – em especial, o persistente enfoque na interdependência das esferas de produção (âmbito de mercado) e de reprodução social (âmbito doméstico).

Na próxima seção, será abordada a visão da Economia Feminista sobre o trabalho reprodutivo – sua definição, relação com o trabalho doméstico e o contexto do surgimento do termo com o movimento feminista, com o objetivo de explicitar a relação do trabalho reprodutivo com a dicotomia das esferas de produção e reprodução.

## 2.2 TRABALHO REPRODUTIVO

Reid (1935) define como trabalho reprodutivo doméstico todas as tarefas que requerem esforço mental ou físico para produção de um bem ou realização de um serviço que são utilizados ou aplicados na esfera doméstica, sem remuneração e performadas por membros residentes de um mesmo lar, a fim de satisfazer as necessidades e desejos dos indivíduos deste grupo. Em termos mais específicos, Nieto (2014) cita a preparação de alimentos, limpeza, compras para a casa, cuidado de crianças, idosos e enfermos, e a administração do lar (organização das contas,

horários e transporte), bem como as demais atividades necessárias para a manutenção do lar e de seus membros.

Uma descrição similar pode ser encontrada em Benston (1975), que classifica como trabalho reprodutivo todas as tarefas realizadas em âmbito doméstico com finalidade de atender as necessidades básicas humanas e de “repor” a capacidade do indivíduo de atuar na esfera produtiva, sendo uma atividade com valor de uso, mas sem valor de troca (no sentido marxista dos termos). Benston (1975) ressalta que o fato de o trabalho doméstico ser realizado fora do mercado é o que o classifica como reprodutivo.

Fernandez (2018) esclarece que a economia tradicional estabelece uma separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, sendo o primeiro chamado “trabalho produtivo” e o segundo “trabalho improdutivo”. O trabalho produtivo engloba as tarefas produtivas que possuem valor de troca e são executadas no âmbito de mercado. O trabalho improdutivo são todas as demais atividades, como o lazer, higiene e cuidados pessoais e familiares. A CAUTAL (*Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean*) diferencia também o trabalho improdutivo como aquele que, além de fora das contas nacionais, também se encontra além dos limites de contabilização da produção geral.

FIGURA 1 - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE USO DO TEMPO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CAUTAL)



FONTE: Adaptada de *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean* (2016), p. 14.

Segundo Bengoa (2018), o pensamento econômico evoluiu de tal forma a considerar o trabalho reprodutivo como complementar ao trabalho produtivo, sendo o trabalho produtivo àquele destinado aos mercados, remunerado e passível de mensuração monetária. Apesar de existir uma dicotomia entre os tipos de trabalho, há também uma dependência; se as condições de reprodução não são realizadas, não há asseguarção de continuidade de uma sociedade – a existência de uma sociedade depende da capacidade de reprodução e manutenção de seus membros.

Barajas (2016) aponta para a discrepância entre a importância do trabalho reprodutivo e seu reconhecimento na teoria econômica:

Embora esse trabalho seja fundamental para o funcionamento das famílias; o bem-estar de seus membros; a evolução do mercado, em função da reprodução social; e, ainda, a coesão social e familiar, o trabalho doméstico e de cuidados costuma permanecer invisível para a economia. De fato, encontra-se praticamente ausente dos modelos macroeconômicos de onde proveem as políticas públicas e seu financiamento (BARAJAS, 2016, p. 22).

A medição econômica do trabalho reprodutivo é complexa devido a diversos fatores. Fernandez (2018) cita dois métodos usados neste cálculo. O primeiro é a atribuição de valores de mercado para as tarefas domésticas – sua mensuração é complicada, pois frequentemente essas tarefas são realizadas de forma simultânea ou em horários aleatórios, implicando que o trabalho doméstico e os bens e serviços encontráveis no mercado não são substitutos perfeitos. O segundo é a medição do tempo a fim de se comparar qual seria a remuneração do indivíduo caso empregasse essas horas em trabalho produtivo.

Da mesma forma, Barajas (2016) cita a medição do tempo de trabalho não remunerado como indispensável para compreender não só a importância econômica do trabalho doméstico, mas para entender quais os impactos de uma divisão desigual do tempo no acesso ao mercado de trabalho, na profissionalização, no estudo e na qualidade de vida em geral. Através de pesquisas sobre uso do tempo que avaliam o tempo de trabalho produtivo e reprodutivo, é possível formular e avaliar políticas que tenham como objetivo fomentar o desenvolvimento feminino fora da esfera privada.

### 2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

De acordo com Kergoat (2009), as relações sociais de sexo são as relações sociais entre homens e mulheres que tem como base material o trabalho e se exprimem na forma da divisão sexual do trabalho, indispensável para a continuidade dessa relação. Uma forte produção de estudos sobre a divisão sexual do trabalho tem início na França nos anos de 1970, com um forte impulso dos movimentos feministas da época. Esse conceito surge com a consciência de que as mulheres, como um grupo social, executavam uma vasta quantidade de trabalho reprodutivo gratuitamente que era tido como uma obrigação em nome do amor pela família e sem o mesmo reconhecimento dado ao trabalho assalariado. Essa discussão rapidamente migra para o campo do estudo do trabalho, do uso do tempo, da qualificação e da produtividade. Apesar disso, a evolução da discussão se afasta da divisão sexual do trabalho como ferramenta para a reestruturação da sociedade salarial e se aproxima dos conceitos de conciliação de tarefas e dupla jornada de trabalho, que interpretam o trabalho doméstico como um complemento ou apêndice do trabalho remunerado.

Fernandez (2018) aponta a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho no século XX como o impulso inicial para a problematização de questões relacionadas à participação feminina na economia – o tipo de trabalho executado, sua remuneração, discriminação e trabalho doméstico são pontos de atenção para a Economia Feminista, em especial este último. Uma vez instaurada a dupla jornada de trabalho, o impacto da atividade remunerada no trabalho doméstico afeta em maior escala as mulheres. Por isso, para a Economia Feminista, é imprescindível relacionar os dois tipos de trabalho – o público e o privado, o remunerado e o não remunerado – sob a ótica da divisão sexual do trabalho, a fim de revelar os efeitos adversos da assimetria entre gêneros.

De acordo com Perona (2012), a distinção entre os termos sexo e gênero é de muita importância para a Economia Feminista, pois deixa em evidência o caráter social deste último. Enquanto sexo é uma atribuição biológica, o gênero é uma construção social e cultural pautada em poder e dominação que designa padrões de comportamento e consumo com base no sexo, negando um “determinismo biológico” de papéis sociais. Perona aponta que a hierarquização (ou antagonismo) se aplica com base na concepção de gênero das atividades advinda da separação; ou seja, não são as mulheres, na concepção biológica, que são desvalorizadas, mas sim o gênero feminino. Para ilustração, Perona (2012) exemplifica o reconhecimento positivo das

mulheres que executam atividades consideradas masculinas, como construtoras de obras e motoristas, em contraste com a reprovação dos homens que executam atividades consideradas femininas, como serventes de limpeza e cabelereiros.

Resumidamente, “Gênero é a conexão metafórica de fenômenos não biológicos com uma experiência física de diferenciação biológica” (NELSON, 1996, pág 5, tradução nossa)<sup>1</sup>. De acordo com Robeyns,

O Gênero aponta para as diferenças de poder entre homens e mulheres na sociedade, e para as estruturas e restrições que fazem com que essas diferenças de poder ocorram e persistam. Também conecta diferenças de poder entre homens e mulheres a diferenças de poder entre diferentes entidades, raças, faixas etárias, classes sociais, grupos com preferências sexuais distintas e assim por diante (2001, pág. 4, tradução nossa).<sup>2</sup>

Apesar de alvo de críticas por parte do movimento feminista, Nelson (2005) cita a escola econômica *New Home Economics* como importante precursora da inclusão do trabalho doméstico não remunerado na análise econômica. Os economistas desta escola, em sua grande maioria seguidores da economia ortodoxa, afirmavam que a divisão de tarefas entre trabalho doméstico reprodutivo e venda da força de trabalho no mercado deveria ser baseada na maximização da sua utilidade: como os homens ganham mais vendendo sua força de trabalho, é mais racional que se dediquem a essa atividade e não ao trabalho doméstico.

Para Ferber (2003), a abordagem da *New Home Economics* ignora o fato de salários mais baixos para as mulheres não serem fruto de uma menor produtividade geral das mulheres em comparação aos homens, mas sim uma construção social advinda da concepção de mulheres como responsáveis pelos cuidados humanos em primeiro lugar e por trabalho remunerado em segundo. Além disso, esse modelo se baseia em uma família composta por um casal heterossexual com filhos e várias de suas conclusões e exemplos não se aplicam a famílias com outras configurações.

---

<sup>1</sup> No original: “*Gender is the metaphorical connection of non-biological phenomena with a bodily experience of biological differentiation*”.

<sup>2</sup> No original: “*Gender points at the power differences between men and women in society, and the structures and constraints that make these power-differences occur and persist. It also connects differences in power between men and women to power-differences between different entities, races, age-groups, social classes, groups with different sexual preferences and so on.*”

A divisão sexual do trabalho, como mencionado anteriormente, é historicamente constante, mas isso não equivale a dizer que sua configuração é imutável no espaço e no tempo. Hirata e Kergoat (2007) listam alguns dos modelos de divisão sexual do trabalho: O primeiro é o modelo “tradicional”, onde o papel familiar e doméstico é assumido pelas mulheres e o papel de provedor é assumido pelos homens; no modelo de conciliação, tanto o papel doméstico quanto o de provedora são conciliados pelas mulheres; o “modelo de delegação” surge da polarização da condição das mulheres. A presença de mulheres em profissões com maior “reconhecimento” implica na necessidade de um reajuste do trabalho reprodutivo doméstico, que por sua vez é relegado, na grande maioria das vezes, a mulheres de classes sociais mais baixas.

A divisão sexual do trabalho é complexa, com várias nuances para além do gênero. Apesar de ser verificada de forma geral nas sociedades das mais diversas configurações, outros fatores como a renda, composição familiar, estudo e emprego também possuem papel importante na definição dos papéis a serem assumidos por cada gênero nos diferentes modelos de divisão sexual do trabalho. O enfoque da economia feminista, neste sentido, é incorporar na análise econômica as diversas variáveis que moldam e influenciam os agentes econômicos de maneira distinta segundo seus papéis na divisão sexual do trabalho, assim como reconhecer o trabalho não remunerado e seus executores como economicamente relevantes.

### **3 A DIVISÃO DOS ENCARGOS DO TRABALHO REPRODUTIVO NA AMÉRICA LATINA**

Neste capítulo será apresentada a divisão do trabalho reprodutivo entre os sexos para uma seleção de países da América Latina a fim de compreender qual seu nível de desigualdade e quais fatores influenciam em uma maior ou menor disparidade de encargos. A seção 3.1 contém uma breve apresentação da importância de indicadores de gênero para a economia e, em especial, para a formulação de políticas públicas. Discorre-se também sobre a disponibilidade de dados relacionados ao uso do tempo e divisão do trabalho na América Latina e sua relação com a escolha dos países selecionados para a análise de dados. Na seção 3.2 são apresentados indicadores gerais a fim de contextualizar a situação social e econômica dos países em questão, seguidos pela apresentação de índices específicos de desigualdade de gênero. A seção 3.3 contém exposição de dados sobre a divisão do trabalho reprodutivo e suas características: diferenças por tipo de trabalho, renda, desemprego, configuração familiar e anos de estudo.

#### **3.1 O USO E A IMPORTÂNCIA DE INDICADORES DE GÊNERO PARA A ECONOMIA**

Os indicadores de gênero são relativamente recentes na estatística econômica, mas vêm se provando essenciais para o entendimento da situação e evolução de homens e mulheres como grupos de população. A disponibilidade de indicadores que evidenciem as preferências, necessidades e prioridades sociais e políticas de homens e mulheres é indispensável para o planejamento eficiente de políticas públicas, pois possibilitam a compreensão de características provenientes da socialização diferenciada dos gêneros (MASOLIVER, 2012).

Teixeira (2012) traça uma breve linha do tempo do uso de indicadores desagregados por gênero. O indicador do Produto Interno Bruto (PIB) é complementado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990, e a partir de 1994 este último passa a ser desagregado pela ONU por grupos, inclusive com a abertura entre homens e mulheres. Em 1995 é realizada a IV Conferência Internacional da ONU sobre as Mulheres, em Pequim, que impulsiona o desenvolvimento de índices desagregados no âmbito governamental com o objetivo

de avaliar as condições socioeconômicas das mulheres e auxiliar no planejamento e execução de políticas públicas.

Para realização dessas propostas, em 1997 é elaborada pela ONU a *Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o uso do tempo* (ICATUS, na sigla em inglês), com o objetivo de estabelecer estrutura que possa ser utilizada para produzir estatísticas significativas e comparáveis sobre o uso do tempo entre países e ao longo do tempo (AGUIRRE E FERRARI, 2014).

Na América Latina, foi desenvolvida pela CEPAL em 2016 a pesquisa *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean* (CAUTAL), com o objetivo de atender as necessidades dos países latino-americanos por um instrumento sensível ao gênero e apropriado para seu contexto regional, com possibilidade de utilizá-lo para harmonização e padronização de estudos de uso do tempo (CAUTAL, 2016).

A CAUTAL oferece a oportunidade de obter uma compreensão abrangente e organizada das atividades que as pessoas realizam e do tempo que dedicam a elas. Assim, traz à tona as diferentes alocações de tempo entre mulheres e homens, fornecendo subsídios e evidências para políticas públicas de igualdade nas esferas social e econômica. (CAUTAL, 2016, pág. 5, tradução nossa)<sup>3</sup>

Através desse instrumento, a CAUTAL busca também contribuir para a realização do objetivo 5.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals* - SDG) da ONU:

Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. (ONU, 2015, p.18, tradução nossa)<sup>4</sup>

Aguirre e Ferrari (2014) destacam a contribuição do Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GTEG), criado na Conferência de Estatísticas das Américas

---

<sup>3</sup> No original: “CAUTAL provides the opportunity to obtain a comprehensive, organized understanding of the activities people carry out and the time they spend on them. Thus, it brings to light the different time allocations of women and men, providing inputs and evidence for public equality policies in the social and economic spheres”.

<sup>4</sup> No original: “Recognize and value unpaid care and domestic work through the provision of public services, infrastructure and social protection policies and the promotion of shared responsibility within the household and the family as nationally appropriate”.

(CEA-CEPAL) de 2007, para a coordenação de esforços interinstitucionais na produção e análise das estatísticas de gênero nos países da América Latina e Caribe. O GTEG também é responsável pela harmonização e compilação de estatísticas de gênero, além de desenvolver ferramentas técnico-metodológicas para sua medição na América Latina através das Oficinas Nacionais de Estatística (ONE). A partir da criação da GTEG, diversas conferências latino-americanas passaram a considerar as estatísticas disponíveis sobre a situação econômica das mulheres como importante instrumento para desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e eficientes. A CAUTAL, citada anteriormente, é resultado do trabalho da GTEG.

Desde 1985 existe um incentivo significativo para a medição do uso do tempo nos países da América Latina e Caribe, devido principalmente à legitimação desses índices em conferências internacionais após a IV Conferência dos Direitos das Mulheres em Pequim. A continuidade e aprimoração da produção desses indicadores, porém, só é possível sob circunstâncias específicas - a cooperação internacional através de assistência técnica e financeira, conferências de *experts* sobre medição de uso do tempo, colaboração com institutos oficiais de estatística, universidades e a sociedade civil (AGUIRRE E FERRARI, 2014). Aguirre e Ferrari (2014) listam os países da América Latina e Caribe que implementaram medições do uso do tempo em ordem cronológica, sendo um total de 18, conforme Quadro abaixo:

QUADRO 1 - PAÍSES QUE REALIZARAM PESQUISA DE USO DO TEMPO

<b>Países</b>	<b>Anos</b>
Cuba	(1985, 1988, 1997, 2001)
México	(1996, 1998, 2002, 2009)
Nicarágua	(1998)
Guatemala	(2000, 2006, 2011)
Brasil	(2001, 2005, 2008, 2009)
Bolívia	(2001, 2010, 2011)
Uruguai	(2003, 2007)
Costa Rica	(2004, 2011)
Argentina	(2005, 2010)
El Salvador	(2005, 2011)
Equador	(2005, 2007, 2010, 2012)
Panamá	(2006, 2011)
Peru	(2006, 2010)
República Dominicana	(2006, 2007)
Colômbia	(2007, 2008, 2009, 2010, 2012)
Venezuela	(2008, 2011)
Chile	(2009)
Honduras	(2009, 2011)

FONTE: Aguirre e Ferrari (2014, p. 16)

Dentro desse grupo, existem heterogeneidades e diferenças nas modalidades, metodologias, amostras, objetivos, fundamento legais, instrumentos utilizados, instituições responsáveis e cobertura geográfica considerados para as pesquisas de utilização de tempo, por isso se faz importante compreender os principais aspectos das pesquisas de cada país (AGUIRRE E FERRARI, 2014).

O trabalho realizado pela CEPAL através da base de dados e publicações estatísticas CEPALSTAT compila as diferentes medições realizadas por cada país para torná-las comparáveis em séries temporais. Como apontado por Aguirre e Ferrari (2014), historicamente, a disponibilidade de dados e sua comparabilidade entre países não é homogênea e é relativamente recente, conforme Quadro 2, a seguir.

Por esse motivo, uma comparação entre todos (ou grande parte) dos países da América Latina ainda não é viável; contudo, o trabalho realizado pela CEPALSTAT possibilita a análise e a comparação de uma seleção de países para uma série de indicadores pertinentes à análise da divisão sexual do trabalho. Com base na disponibilidade e comparabilidade dos dados fornecidos principalmente pela CEPAL, foram selecionados 14 países latino-americanos para exposição e análise de dados:

El Salvador, Peru, Honduras, Argentina, Equador, Brasil, Chile, Paraguai, Colômbia, Uruguai, Costa Rica, México, República Dominicana e Panamá.

QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DAS ÚLTIMAS EXPERIÊNCIAS DE MEDIÇÃO DE USO DE TEMPO

País	Nome da pesquisa	Amostra	Classificação de atividades	Ano
El Salvador	Módulo de Uso del Tiempo Encuesta en Hogares de Propósitos Múltiples	3.728 famílias	Não utiliza classificação internacional	2011
Peru	Encuesta Nacional de Uso del Tiempo	4.580 famílias	ICATUS	2006
Honduras	Módulo de Uso del Tiempo en Encuesta Permanente de Hogares de Propósitos Múltiples.	21.330 famílias	Não utiliza classificação internacional	2009
Argentina	Encuesta de Uso del Tiempo (EUT) y Voluntariado	1.000 famílias	Não utiliza classificação internacional	2005
Equador	Encuesta Nacional Uso del Tiempo	22.968 famílias	CAUTAL	2005, 2007, 2010
Brasil	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	11.940 lares	ICATUS	2001, 2005, 2008
Chile	Encuesta Experimental sobre Uso del Tiempo	1.571 famílias	ICATUS	2009
Colômbia	Encuesta Nacional Uso del Tiempo.	54.000 pessoas	CAUTAL e ICATUS	2007-2010
Uruguai	Modulo de Uso del Tiempo y Trabajo no Remunerado en Encuesta Continua de Hogares.	4.100 famílias	ICATUS	2003
Costa Rica	Encuesta sobre Uso del Tiempo en la Gran Área Metropolitana	2.520 famílias	CAUTAL	2004
México	Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo.	17.000 famílias	ICATUS	1996, 1998, 2002
República Dominicana	Dos preguntas de Uso del Tiempo en Encuesta Demográfica y de Salud.	32.431 lares	Não utiliza classificação internacional	2006
Panamá	Encuesta Uso del Tiempo	3.720 famílias	Não utiliza classificação internacional	2006

FONTE: Aguirre e Ferrari (2014).<sup>5</sup>

A medição de uso do tempo é relativamente recente na América Latina e não existe padrão na coleta de dados ou em sua classificação, ainda que a criação de órgãos responsáveis pelos estudos de uso do tempo esteja possibilitando a inclusão dessa dimensão nas pesquisas estatísticas nacionais. O trabalho da CEPALSTAT em

<sup>5</sup> Os autores não fornecem dados para o Paraguai.

compilar e tratar os dados a fim de possibilitar uma análise comparativa ao longo do tempo e entre países é, portanto, essencial para a discussão que virá a seguir.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Para Carrasco (2012), a inserção das mulheres na sociedade deve ser analisada em diversos níveis para que seja possível compreender a dinâmica que dá origem às diferentes formas de socialização entre os sexos. A autora cita as áreas temáticas de trabalho, participação comunitária, educação, saúde, moradia, esporte, planejamento territorial e mobilidade, bem-estar social, imigração e violência contra as mulheres como importantes indicadores da situação social de determinado espaço geográfico. Este tópico é dedicado à exposição de alguns indicadores dos temas citados para os países objeto da presente análise, a fim de contextualizar a situação social e econômica da qual decorre a desigualdade da divisão sexual do trabalho. Primeiro serão apresentados dados gerais da situação econômica e populacional de cada um dos países, e em seguida serão apresentados índices específicos de desigualdade de gênero.

#### 3.2.1 PIB per capita e distribuição demográfica

Desde sua criação, o Produto Interno Bruto (PIB) foi utilizado para a medição da produção de bens e serviços de um país de forma monetária, limitado às atividades que ocorrem no mercado, não sendo diferente no caso da América Latina. Tosoni (2014) destaca a importância desse indicador vinculado às estatísticas populacionais nas pesquisas mais recentes para a região, medido através do PIB per capita, apesar da escassez de dados desagregados por posição de produção dos indivíduos (empregados, trabalhadores independentes, proprietários dos meios de produção e rentistas).

Apesar de sua importância na análise da situação econômica nacional, Vaca-Trigo e Baron (2022) apresentam críticas ao uso do PIB como principal indicador de desenvolvimento econômico por sua limitação em medir o bem-estar e por não captar todas o conjunto das atividades econômicas de um país – além de não considerar as

atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo que ocorre fora da esfera de mercado, a medição de atividades essenciais ao bem-estar como custos de acesso à saúde, educação, o impacto ambiental e bens gratuitos é imperfeita. Por esses motivos, o PIB per capita é utilizado aqui somente como uma referência da situação econômica medida com instrumentos econômicos heterodoxos e não deve ser interpretado como referência do produto total incluindo o valor criado pelo trabalho reprodutivo não remunerado.

TABELA 1 – PIB PER CAPITA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO ÁREA GEOGRÁFICA PARA PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA

Países	PIB per capita (USD) (2021)	Percentual da população em áreas urbanas (2020)	Percentual da população em áreas rurais (2020)
Uruguai	18.201	96%	4%
Chile	16.268	90%	10%
Panamá	14.442	68%	32%
Costa Rica	12.863	81%	19%
Argentina	11.212	93%	7%
Brasil	9.118	87%	13%
México	9.023	78%	22%
República Dominicana	8.593	83%	17%
Colombia	6.920	81%	19%
Peru	6.886	80%	20%
Equador	5.780	66%	34%
Paraguai	5.730	69%	31%
El Salvador	4.141	72%	28%
Honduras	2.515	56%	44%

FONTE: CEPALSTAT.

Nota: Dados do PIB per capita se referem ao ano de 2021. Dados da distribuição demográfica se referem ao ano de 2020.

A medida do PIB per capita é importante para compreender como se dá a relação entre o produto total de um país com sua população. O Brasil, maior PIB do grupo no ano analisado, é o sexto colocado quando analisado junto ao número de habitantes do país, enquanto os últimos três colocados também figuram nas mesmas posições em termos de PIB. O primeiro colocado é mais de sete vezes maior que a última posição do grupo, demonstrando a amplitude relativamente grande entre os indicadores – fato importante quando se trata de analisar a situação econômica e social da qual decorre da divisão sexual do trabalho. Também por conta desta grande

amplitude, o PIB per capita será utilizado para categorizar os países e compará-los nos indicadores relacionados ao trabalho reprodutivo não remunerado.

A medida de distribuição geográfica corresponde à proporção da população que reside em áreas urbanas ou rurais. A diferenciação entre urbano e rural difere de país para país, portanto, não é possível aplicar uma única definição a todos os países – essa classificação, nas estatísticas internacionais, é regida por definições locais dadas pelos censos nacionais, geralmente com base em critérios que incluem alguns dos seguintes aspectos: tamanho da população na localidade, densidade populacional, distância entre as áreas comuns, tipo de atividade econômica predominante, ou limites legais, nível de disponibilidade e acesso a serviços básicos. Entende-se, em linhas gerais, que a população que não é urbana, por diferença, é rural, segundo a ficha técnica da CEPALStat.

As condições citadas por Itaboraí (2016) para a diferença de renda também se aplicam para a divisão entre espaço rural e urbano. Dificuldade no acesso à eletricidade, água e serviços básicos tendem a aumentar o tempo de trabalho reprodutivo não remunerado.

Dentre os países analisados, a população é predominantemente urbana; em sua maioria, pelo menos 8 em cada 10 habitantes vivem em áreas urbanas. Equador e Paraguai são exceções na América do Sul, enquanto El Salvador e Panamá são exceções na América Central. Honduras é o país com menor proporção de habitantes em áreas urbanas, com pouco mais da metade da população vivendo em espaços urbanos, e apresenta também a menor renda per capita.

Em geral, os países com maior grau de urbanização são os que possuem PIB per capita mais elevado. Uma vez que o nível de desenvolvimento econômico é tido como fator influenciador do tempo de trabalho reprodutivo, é esperado que a enorme disparidade no PIB per capita entre os países selecionados indique também uma grande disparidade na alocação do tempo de trabalho não remunerado.

### 3.2.2 Nível de educação formal

O ensino superior, historicamente, não foi considerado um espaço de inclusão feminina, constituindo-se em um âmbito privilegiado de reprodução da desigualdade de gênero através da divisão sexual do trabalho; através do âmbito acadêmico,

homens integravam a esfera pública com reconhecimento social, enquanto as mulheres era invisibilizadas na esfera privada e responsabilizadas pelas tarefas domésticas e cuidados familiares. Em anos recentes, essa figura mudou radicalmente com o ingresso cada vez mais significativo de mulheres ao ensino superior, de modo que a média de anos de estudo das mulheres supera a dos homens na América Latina e reverte os processos históricos de exclusão na formação acadêmica. Mesmo com mais anos de estudo, ainda persistem as desigualdades de gênero no âmbito acadêmico “(...) *distribuição de tarefas na família, acesso e permanência no sistema educacional e no mundo do trabalho, no tipo de empresas ou empregos, nas condições de trabalho, aos rendimentos (...)*” (PAPADÓPULOS E RADAKOVICH, 2005, pág 118).

A despeito de possuírem maior escolaridade que homens, a segregação feminina a áreas de atuação relacionadas ao cuidado ainda persiste como extensão da divisão sexual do trabalho:

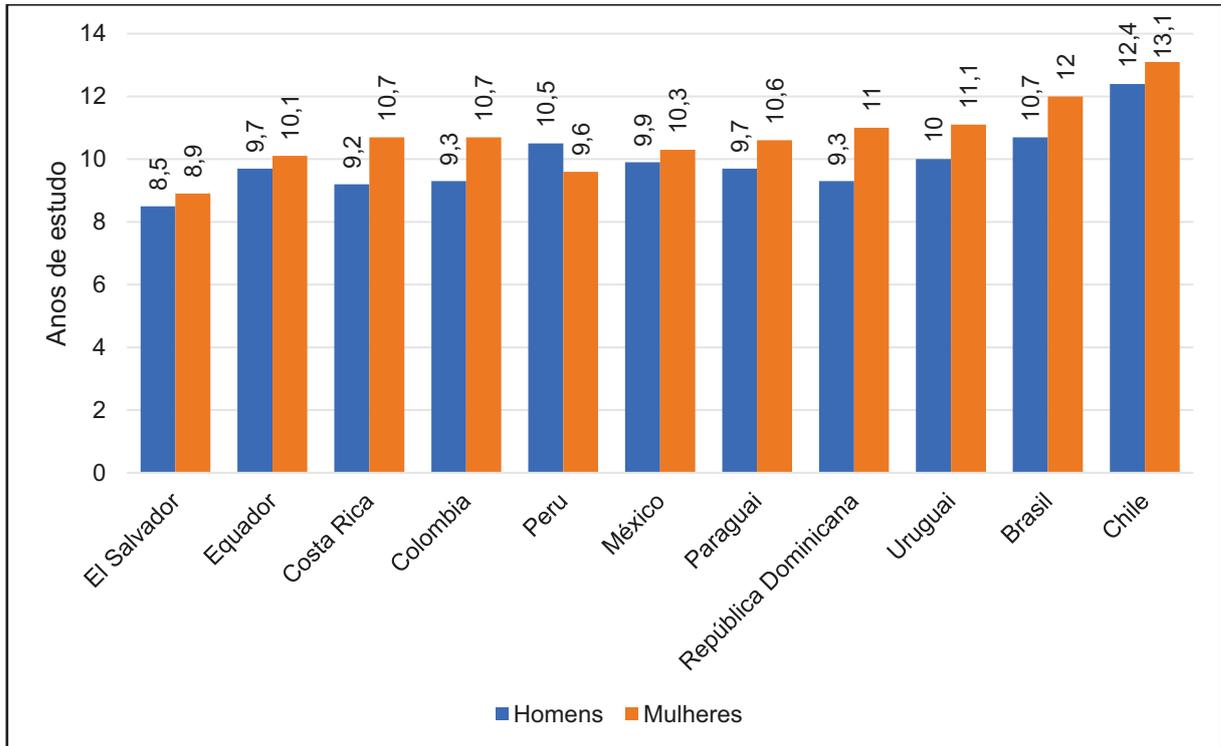
Assim, ainda existem carreiras ou áreas de estudo consideradas propriamente “femininas” na medida em que sua atuação permanece associada à ampliação dos papéis tradicionais da mulher no espaço privado, como o cuidado e atenção de pessoas dependentes e tarefas relacionadas à alimentação, vestuário, educação básica, saúde básica, relações públicas, entre outros. Enfermagem, Nutrição, Ensino Básico e Secundário (Professores e Docentes), Ciências Sociais, entre outras opções formativas, relacionam-se com papéis que são culturalmente considerados femininos e continuam a ser espaços onde se concentram as matrículas femininas no ensino superior. (PAPADÓPULOS E RADAKOVICH, 2005, pág 122, tradução nossa)<sup>6</sup>

O gráfico 1 contém a média de escolaridade em anos, segregada por gênero.

---

<sup>6</sup> No original: “*Así, aún continúan existiendo carreras o áreas de estudio consideradas propiamente “femeninas” en tanto el desempeño de las mismas permanece asociado a la extensión de los papeles tradicionales de la mujer en el espacio privado, tales como el cuidado y atención de personas dependientes y tareas relacionadas con la alimentación, vestimenta, educación básica, salud primaria, relaciones públicas, entre otros. Enfermería, Nutrición, Educación Básica y Media (Maestros y Profesores), Ciencias Sociales, entre otras opciones educativas, son relacionadas a roles considerados culturalmente como femeninos y continúan siendo espacios de concentración de la matrícula femenina en la educación superior.*”

GRÁFICO 1 - MÉDIA DE ANOS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 15 ANOS OU MAIS POR SEXO (2020)



Fonte: CEPALSTAT.

Notas: Dados não disponíveis para Argentina, Honduras e Panamá.

O gráfico 1 apresenta uma comparação entre a média dos anos de estudo de homens e mulheres. Apenas no Peru os homens apresentam em média 0,9 anos de estudo a mais que as mulheres. Nos demais países, a média feminina (10,7) é maior, variando de 1,7 a 0,4 anos a mais do que a média masculina (9,2). A média de anos de estudo das mulheres na América Latina em geral é de 10,5 anos e a média masculina é de 9,5 anos; o tempo de estudo nos países selecionados é muito similar à média do continente.

El Salvador e Equador, os últimos colocados em média de anos de estudo, possuem indicadores muito similares entre os gêneros. Chile e Uruguai, que também figuram alto na medida de PIB per capita, são os mais bem colocados para ambos os gêneros, assim como os últimos colocados em média de anos de educação apresentam um baixo PIB per capita. Os dados apontam para uma maior integração feminina ao ensino superior, possibilitando inserção no mercado de trabalho e autonomia econômica das mulheres.

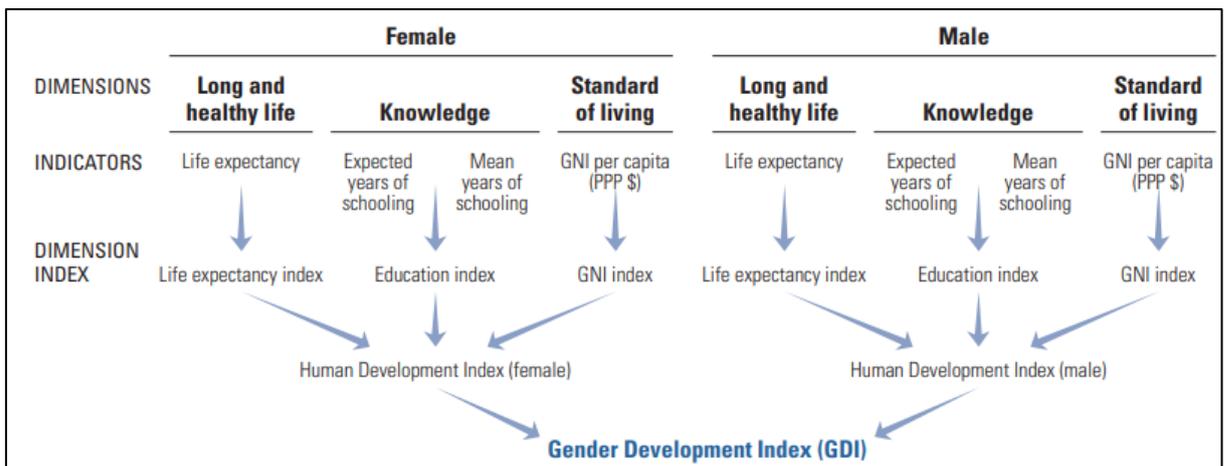
A educação formal como meio de inserção ao mercado de trabalho possibilita maior integração feminina à atividade econômica, porém ainda existem barreiras à

atuação profissional das mulheres nas áreas além daquelas relacionadas a atividades de cuidado.

### 3.2.3 GDI – *Gender development index*

O Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI) é um Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pela ONU, cujo objetivo é medir a desigualdade de gênero em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a saúde, medida pela expectativa de vida feminina e masculina ao nascer; a educação, medida por anos de escolaridade esperada feminina e masculina para crianças e média de anos de estudo para homens e mulheres a partir dos 25 anos; e domínio sobre os recursos econômicos, medido pela renda estimada de homens e mulheres.

FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO



FONTE: *Human Development Report 2021/2022* (2022), p. 1.

O GDI é calculado com base no Índice de Desenvolvimento Humano, também elaborado pela ONU, sendo a razão entre o IDH feminino e o IDH masculino, e os países são divididos em grupos de acordo com sua diferença entre o GDI e o IDH. Os grupos do GDI são baseados no desvio absoluto do GDI da paridade de gênero,  $100 \cdot |GDI - 1|$ , sendo classificados nos seguintes grupos:

1. Grupo 1: Países com desvio absoluto da paridade de gênero de 2,5 por cento ou menos, considerados países com alta igualdade nas realizações do IDH entre mulheres e homens;

2. Grupo 2: Países com desvio absoluto da paridade de gênero de 2,5 a 5 por cento, considerados países com média-alta igualdade na conquista do IDH entre gêneros;
3. Grupo 3: Países com desvio absoluto da paridade de gênero de 5 a 7,5 por cento, considerados médios na conquista do IDH entre mulheres e homens;
4. Grupo 4: Países com desvio absoluto da paridade de gênero de 7,5 a 10 por cento, considerados países com igualdade média-baixa;
5. Grupo 5: Países com desvio absoluto da paridade de gênero de mais de 10%, considerados países com baixa igualdade nas realizações do IDH entre mulheres e homens.

TABELA 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (GDI) PARA O ANO DE 2019

País	Posição no Ranking de IDH	GDI	Grupo do GDI	IDH		Renda nacional bruta estimada per capita (2017 PPP \$)	
				Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Chile	43	0,96	2	0,83	0,86	16.398	30.322
Argentina	46	0,99	1	0,83	0,84	14.872	27.826
Uruguai	55	1,02	1	0,81	0,80	15.445	25.008
Panamá	57	1,02	1	0,83	0,81	24.050	35.049
Costa Rica	62	0,98	1	0,80	0,82	13.476	23.501
México	74	0,96	2	0,76	0,79	12.765	25.838
Peru	79	0,96	2	0,76	0,79	9.889	14.647
Colômbia	83	0,99	1	0,76	0,77	11.594	17.018
Brasil	84	0,99	1	0,76	0,76	10.535	18.120
Equador	86	0,97	2	0,74	0,77	7.874	14.211
República Dominicana	88	1,00	1	0,76	0,76	12.449	22.740
Paraguai	103	0,97	2	0,71	0,74	8.855	15.483
El Salvador	124	0,97	2	0,66	0,68	6.471	10.501
Honduras	132	0,98	1	0,62	0,64	4.173	6.446

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados da Organização das Nações Unidas

A tabela 1 demonstra que todos os 14 países estão classificados entre os grupos 1 e 2, sendo o IDH feminino e masculino muito próximos. A classificação indica que, mesmo que o país apresente um baixo IDH, a situação entre homens e mulheres é muito similar. Uruguai e Panamá possuem os índices mais altos, indicando inclusive

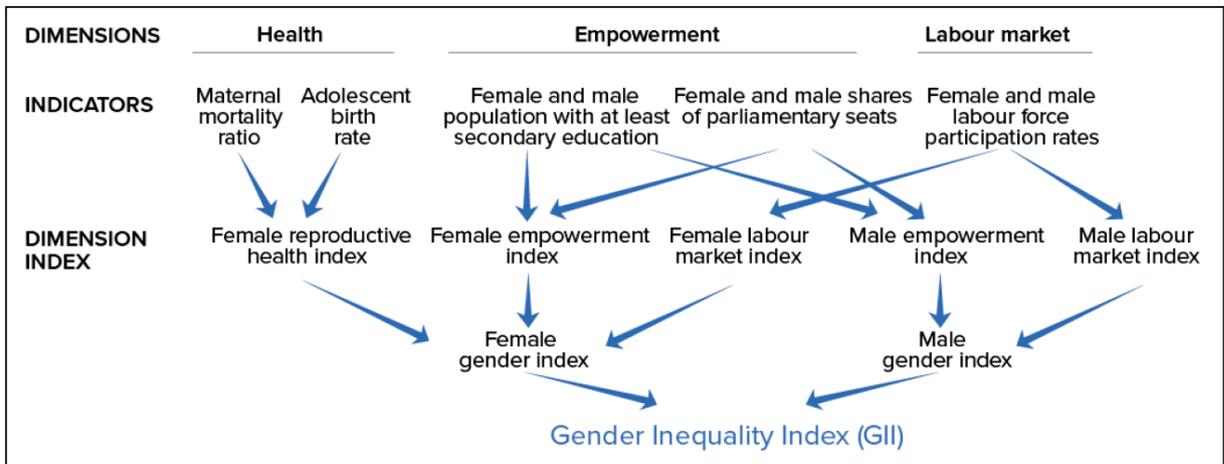
um maior IDH feminino, enquanto Chile, México, Peru, Equador e El Salvador apresentam os valores mais baixos, mas ainda assim configuram em um nível médio-alto de igualdade.

Em destaque, foi incluída a renda nacional bruta estimada per capita - derivada da razão entre os salários femininos e masculinos, as parcelas femininas e masculinas da população economicamente ativa e a renda nacional bruta em termos de paridade do poder de compra de 2017, a fim de demonstrar a diferença de ganhos por gênero. Apesar do GDI de todos os países figurarem em grupos com baixa divergência de IDH feminino e masculino, a razão da renda nacional bruta per capita tem uma média de 0,59 – muito inferior à média de 0,98 do GDI. Isso indica que os indicadores de expectativa de vida ao nascer, anos esperados de escolaridade e média de anos de estudo contribuem para aumentar o GDI, porém a desigualdade persiste em maior medida nos ganhos econômicos – apesar da expectativa de vida e escolaridade semelhantes, as mulheres são remuneradas inferiormente. Mesmo em países com maior índice de igualdade, a renda dos homens é pelo menos 30% maior que a das mulheres.

#### 3.2.4 GII – *Gender Inequality Index*

O Índice de Desigualdade de gênero reflete a desigualdade de gênero em três dimensões: saúde reprodutiva (através da taxa de mortalidade materna e gravidez na adolescência), empoderamento (através da parcela de representatividade política e escolaridade) e mercado de trabalho (através da participação na força de trabalho), com o objetivo de demonstrar a perda no potencial de desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nessas dimensões. O indicador varia de 0 a 1, sendo 0 absoluta igualdade e 1 absoluta desigualdade.

FIGURA 3 - REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO



FONTE: *Human Development Report 2021/2022* (2022), p. 1.

O GII apresenta categorias mais detalhadas em relação ao GDI, além de não ser construído somente com base em comparações dos índices para cada gênero; as dimensões de saúde reprodutiva buscam representar a situação das mulheres não em comparação aos homens, mas em comparação com o conjunto total de mulheres do país.

TABELA 3 - ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO (GII) PARA O ANO DE 2019

País	GII	Posição no ranking geral	Posição no ranking de IDH	Participação na força de trabalho (% da população a partir de 15 anos de idade)	
				Mulheres	Homens
Chile	0,247	55	43	51,8	74,0
Argentina	0,328	75	46	50,7	72,7
Uruguai	0,288	62	55	55,6	73,3
Panamá	0,407	94	57	53,4	79,9
Costa Rica	0,288	62	62	48,1	76,2
México	0,322	71	74	44,2	78,5
Peru	0,395	87	79	70,3	85,1
Colômbia	0,428	101	83	57,3	80,9
Brasil	0,408	95	84	54,2	74,1
Equador	0,384	86	86	55,2	81,1
República Dominicana	0,455	112	88	51,4	77,4
Paraguai	0,446	107	103	59,2	84,6
El Salvador	0,383	85	124	45,3	75,7
Honduras	0,423	100	132	52,0	85,9

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados da Organização das Nações Unidas

A tabela 2 demonstra uma figura ligeiramente mais desigual que o GDI, com diversos países próximos de 0,5. Chile, Uruguai e Costa Rica apresentam os melhores índices, enquanto República Dominicana, Paraguai e Colômbia apresentam maior desigualdade. Em destaque, foi incluída a dimensão de participação na força de trabalho – calculada pela proporção da população em idade ativa (15 anos ou mais) que se insere no mercado de trabalho, seja trabalhando ou procurando ativamente por trabalho, expressa em porcentagem da população em idade ativa - a fim de demonstrar que todos os países possuem maior representatividade masculina nesse quesito.

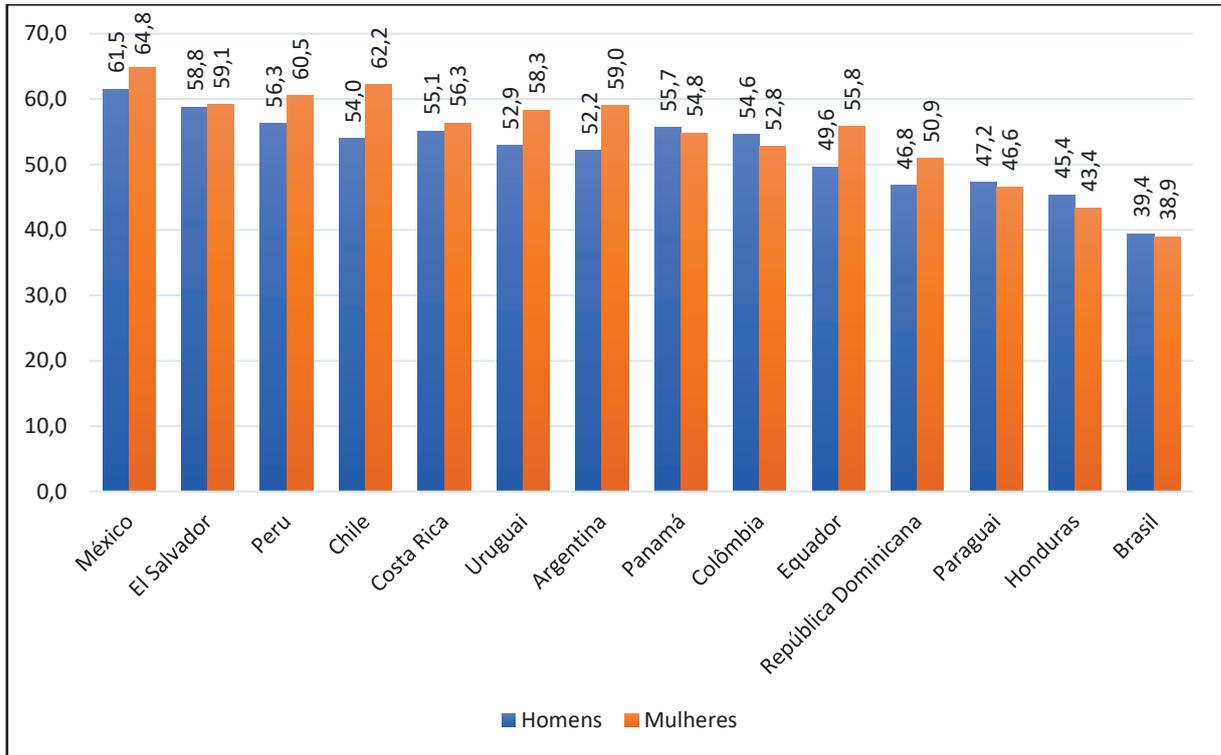
O GII possibilita uma análise com maior profundidade sobre o contexto no qual se inserem as mulheres para além da comparação com a situação masculina, elegendo dimensões que demonstram aspectos únicos do desenvolvimento social e econômico feminino.

### 3.3 DADOS SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO NA AMÉRICA LATINA

Para compreender as características da divisão do trabalho não remunerado na América Latina, primeiro serão apresentados dados sobre o tempo de trabalho total, seguidos pela desagregação entre tempo de trabalho remunerado e não remunerado por gênero. Em seguida, o tempo de trabalho não remunerado será desagregado pela presença de menores no lar, área geográfica e renda própria. Como informação complementar, serão apresentados dados de condição de atividade econômica - Mulheres com dedicação exclusiva a tarefas do lar segundo presença de menores, lares onde uma mulher é a principal provedora de renda e taxa de desocupação por tipo de justificativa.

O tempo total de trabalho é a soma do tempo de trabalho pago e do tempo de trabalho não pago. O trabalho remunerado refere-se ao trabalho realizado para a produção de bens ou serviços para o mercado e é calculado como a soma do tempo dedicado ao emprego, busca de emprego e deslocamento. O trabalho não remunerado refere-se ao trabalho realizado sem remuneração e se desenvolve principalmente na esfera privada. O cálculo é realizado quantificando o tempo que despendido em trabalho de autoconsumo, trabalho doméstico não remunerado e cuidados não remunerados com a sua própria casa ou para apoiar outros trabalhos domésticos.

GRÁFICO 2 - TEMPO DE TRABALHO TOTAL MÉDIO (REMUNERADO E NÃO REMUNERADO) SEMANAL EM HORAS DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS, DESAGREGADO POR SEXO



FONTE: CEPALSTAT.

Notas: Se considera o dado do último período disponível. Honduras – 2009; Peru – 2010; Panamá – 2011; Equador -2012; Argentina e Uruguai – 2013; Chile – 2015; Paraguai e República Dominicana – 2016; Colômbia; Costa Rica e El Salvador – 2017; Brasil e México – 2019.

O tempo de trabalho total é semelhante entre os gêneros para a maioria dos países. Dentre os quatorze países analisados, em nove o tempo de trabalho das mulheres é superior ao dos homens, sendo a maior diferença no Chile, onde as mulheres têm um tempo de trabalho total 15% maior que o masculino. Nos outros cinco países, a maior diferença é de apenas 4%, em Honduras. Essa ligeira diferença se reflete na média: os homens têm um tempo de trabalho total médio semanal de 52,1 horas enquanto as mulheres dispõem de 54,5 horas, sendo a média dos países analisados 53,3 horas semanais. Existe uma amplitude considerável entre o tempo total de trabalho médio por país, porém é constante que, independentemente da média nacional, homens e mulheres apresentem números similares. A composição do tempo total de trabalho entre remunerado e não remunerado é, porém, muito distinta entre homens e mulheres.

TABELA 4 - TEMPO DE TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO MÉDIO SEMANAL EM HORAS DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS, DESAGREGADO POR SEXO

País	Tempo de trabalho remunerado		Tempo de trabalho não remunerado	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Argentina	36,3	16,1	15,9	42,9
Brasil	28,3	16,8	11,1	22,1
Chile	34,6	19,8	19,4	42,4
Costa Rica	38,1	16,8	17,1	39,5
El Salvador	41,2	21,4	17,5	37,7
Honduras	38,6	14,3	6,7	29,1
México	44,6	22,1	16,9	42,8
Panamá	41,7	23,3	13,9	31,5
República Dominicana	37,2	19,8	9,6	31,2
Equador	39,6	18,6	10,0	37,2
Peru	40,0	20,3	16,3	40,2
Uruguai	36,9	21,9	16,0	36,4
Paraguai	35,4	18,1	11,8	28,5
Colômbia	43,1	19,8	11,5	33,0

FONTE: CEPALSTAT

Notas: Se considera o dado do último período disponível. Honduras – 2009; Peru – 2010; Panamá – 2011; Equador -2012; Argentina e Uruguai – 2013; Chile – 2015; Paraguai e República Dominicana – 2016; Colômbia; Costa Rica e El Salvador – 2017; Brasil e México – 2019.

O tempo total de trabalho dos homens é composto, em média, por 74% de trabalho remunerado e 26% de trabalho não remunerado. Por país, Honduras apresenta a maior desigualdade na composição, sendo 85% do tempo de trabalho masculino remunerado e apenas 15% não remunerado; A distribuição mais equilibrada é no Chile, com 64% do tempo de trabalho sendo remunerado e 36% não remunerado. Em nenhum dos países o tempo total de trabalho dos homens é composto predominantemente por tempo de trabalho não remunerado.

A composição do tempo total de trabalho das mulheres é, em média, 36% de trabalho remunerado e 64% de trabalho não remunerado. Analisando por nacionalidade, a Argentina apresenta a maior desigualdade na distribuição do tempo, sendo 27% remunerado e 73% não remunerado. A composição mais igualitária está no Panamá, onde 42% do tempo de trabalho é remunerado e 58% é não remunerado. Em nenhum dos países o tempo total de trabalho das mulheres é composto predominantemente por tempo de trabalho remunerado.

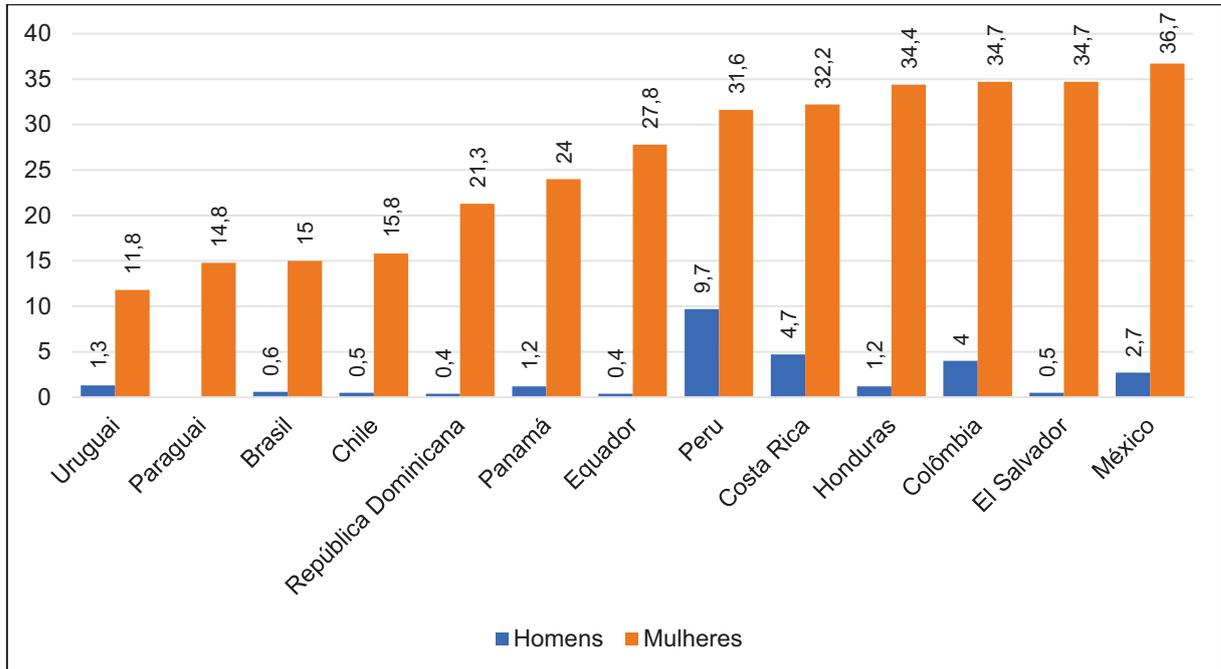
Comparando os gêneros, o Brasil é o país com a menor diferença na alocação do tempo de trabalho entre os gêneros. O tempo de trabalho remunerado é 1,7 vezes

maior para os homens do que para as mulheres, e o tempo de trabalho não remunerado é duas vezes maior para as mulheres em comparação com os homens. Chile e Uruguai também tem as menores diferenças do grupo no tempo de trabalho remunerado (1,7 vezes maior para os homens), mas apresentam uma desigualdade maior no tempo de trabalho não remunerado (2,2 e 2,3 vezes maiores para as mulheres, respectivamente). Honduras é o país com a divisão mais desigual dos tipos de trabalho, ainda que o tempo de trabalho total seja semelhante para os dois gêneros. O tempo de trabalho remunerado masculino é 2,7 vezes maior que o feminino, enquanto o tempo de trabalho não remunerado feminino é 4,3 vezes maior que o masculino.

Apesar da clara predominância do tempo de trabalho remunerado para os homens e trabalho não remunerado para as mulheres, o tempo total de trabalho feminino é mais equilibrado do que o masculino. Isso indica uma divisão do trabalho onde homens ocupam seu tempo com o trabalho remunerado em detrimento ao não remunerado, enquanto as mulheres têm um modelo de conciliação dos dois tipos de trabalho. Os homens ocupam, em média 38,8 horas semanais com trabalho remunerado contra uma média feminina de 19,2, equivalente a aproximadamente o dobro de tempo; quando comparado o tempo de trabalho não remunerado, os homens apresentam uma média de 13,8 horas e as mulheres, 35,3 – ou seja, as mulheres ocupam cerca de 2,5 vezes mais tempo nesse tipo de trabalho do que os homens. Ademais de trabalharem mais horas semanais totais do que os homens, o tempo de trabalho das mulheres também é mais equilibrado entre remunerado e não remunerado do que o masculino – ainda que exista uma clara divisão sexual do trabalho no modelo tradicional nos países apresentados, há uma tendência apontando para o modelo de conciliação.

A CEPALSTAT considera como “trabalhador doméstico” todas as pessoas economicamente inativas por se dedicarem ao trabalho doméstico não remunerado e que não integram outras categorias de atividade (empregado, desempregado, estudantes, incapacitados/enfermos e aposentados) – A categoria pode ser comparada com o papel feminino no modelo tradicional da divisão sexual do trabalho.

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CUJA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE É DEDICAÇÃO EXCLUSIVA A TAREFAS DOMÉSTICAS, DESAGREGADO POR SEXO

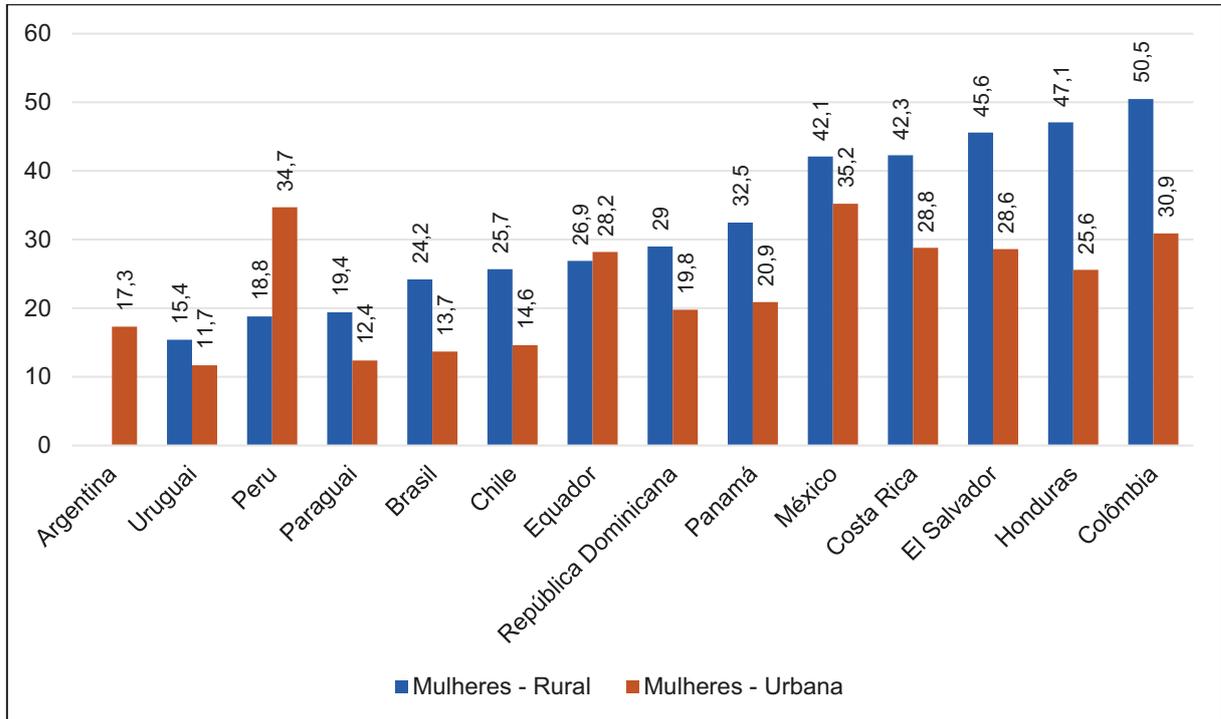


FONTE: CEPALSTAT.

Notas: Dados se referem ao ano de 2019 para Panamá e Honduras e ao ano de 2020 para os demais países. Dados não disponíveis para a Argentina.

O trabalho não remunerado é executado majoritariamente pelas mulheres, porém existem diferenças na alocação do tempo para as atividades domésticas entre mulheres com distintas configurações familiares e renda. Os dados apresentados a seguir buscam expor o impacto dessas diferentes situações no tempo de trabalho não remunerado feminino.

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FEMININA CUJA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE É DEDICAÇÃO A TAREFAS DOMÉSTICAS, DESAGREGADO POR TIPO DE ÁREA

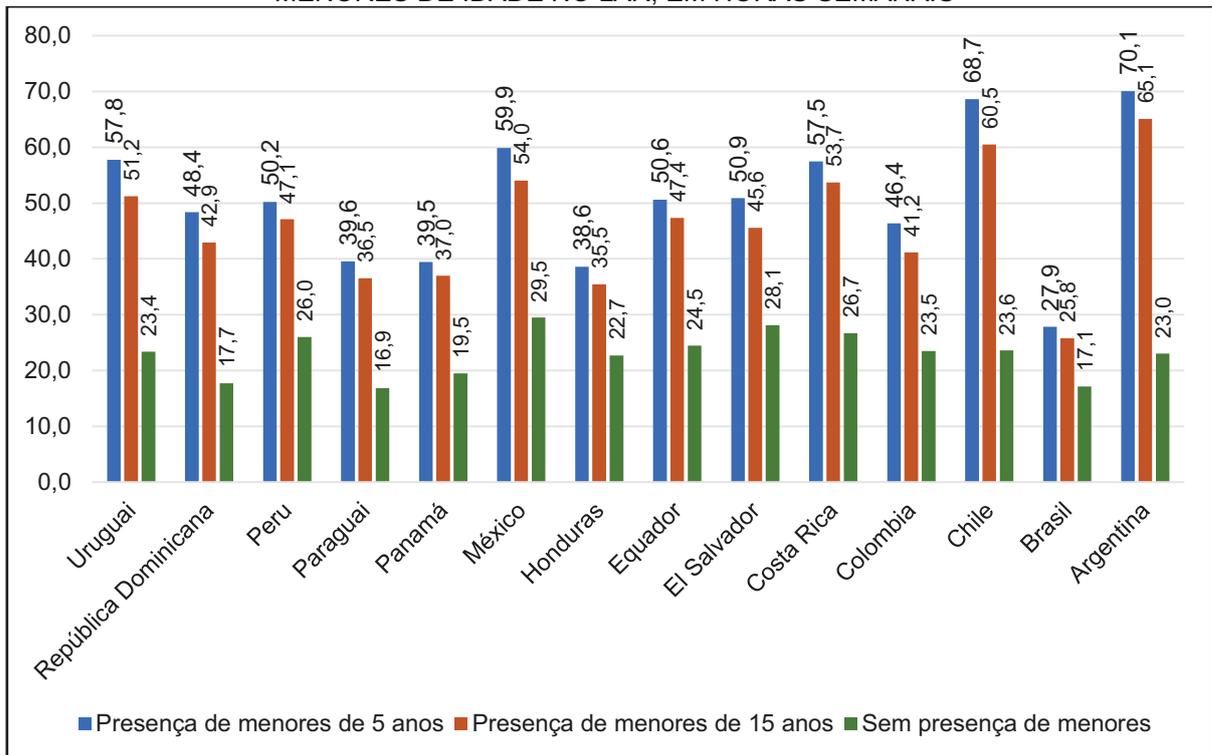


FONTE: CEPALSTAT.

Notas: Dados se referem ao ano de 2019 para Panamá e Honduras e ao ano de 2020 para os demais países.

O percentual do Gráfico 4 é calculado sobre o total de mulheres de 15 anos ou mais em cada uma das categorias de área geográfica. Com exceção do Peru e Equador, em todos os demais países o percentual de mulheres com dedicação exclusiva a tarefas domésticas é maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Este número pode ser atribuído às diferenças graus de urbanização entre os países, aliada também à renda per capita. Honduras, país com maior percentual da população em áreas rurais e menor PIB per capita, tem também a maior discrepância entre o percentual de mulheres dedicadas às tarefas domésticas por tipo de região. O Uruguai apresenta o menor percentual, ao passo que tem o maior PIB per capita e a maior ocupação de áreas urbanas. De maneira geral, as mulheres que residem em áreas rurais de países com um PIB per capita mais baixo tem maior tendência a dedicação exclusiva a tarefas domésticas do que as mulheres que residem em áreas urbanas.

GRÁFICO 5 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO FEMININO POR PRESENÇA DE MENORES DE IDADE NO LAR, EM HORAS SEMANAIS



FONTE: CEPALSTAT.

Notas: Se considera o dado do último período disponível. Honduras – 2009; Peru – 2010; Panamá e Costa Rica – 2011; Equador -2012; Argentina e Uruguai – 2013; Chile – 2015; Paraguai e República Dominicana – 2016; Colômbia e El Salvador – 2017; Brasil e México – 2019.

A definição de trabalho seguida pela pesquisa é resolução da Décima Nona Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, a qual afirma que o trabalho compreende todas as atividades realizadas por pessoas de qualquer sexo e idade com a finalidade de produzir bens ou prestar serviços para o consumo de terceiros ou próprio. O trabalho não remunerado se refere ao trabalho realizado sem pagamento e ocorre majoritariamente na esfera privada e se mede quantificando o tempo que um indivíduo dedica ao trabalho para o autoconsumo de bens, tarefas domésticas e cuidados não remunerados para o próprio lar ou em apoio a outros lares da comunidade (CEPAL). A pesquisa considera somente pessoas entre 20 e 44 anos.

A presença de menores no lar tem impacto direto sobre o tempo de trabalho não remunerado feminino, sendo este superior em todos os países em comparação aos lares sem presença de menores. A pesquisa não aponta o impacto da licença maternidade, que possui diferentes configurações entre os países; apesar disso, o tempo de trabalho não remunerado é similar entre os lares com presença de menores de 5 anos e os lares com presença de menores de 15 anos, o que indica que o trabalho

reprodutivo realizado no período de licença é semelhante ao realizado após esse período. A presença de menores de 5 anos no lar aumenta as horas de trabalho semanais femininas em 120%, em média – O maior aumento se verifica na Argentina (204%) e o menor no Brasil (63%). Em nove dos quatorze países analisados, a presença de menores de 5 anos no lar representa um aumento de no mínimo 100% nas horas semanais de trabalho.

A presença de menores no lar tem impacto também na condição de atividade econômica das mulheres. A compilação de dados da CEPALSTAT considera mulheres com dedicação exclusiva às tarefas do lar aquelas cuja principal atividade é a realização de trabalhos domésticos em seu próprio lar.

TABELA 5 – PERCENTUAL DE MULHERES COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA ÀS TAREFAS DOMÉSTICAS POR QUANTIDADE DE CRIANÇAS NO LAR

<b>País</b>	<b>Sem crianças</b>	<b>Uma ou duas crianças</b>	<b>Três ou mais crianças</b>
Brasil	11,6	26,4	37,9
Chile	13,6	24,8	30,7
Colômbia	32,5	39,2	45,2
Costa Rica	30,6	39,1	52,9
Equador	24,8	34,0	36,2
El Salvador	31,3	44,0	52,9
Honduras	29,4	41,4	53,5
México	34,1	43,2	53,1
Panamá	21,6	28,7	36,3
Paraguai	13,5	16,5	22,5
Peru	29,4	37,2	47,2
República Dominicana	19,3	26,5	33,2
Uruguai	10,4	18,2	24,4

FONTE: CEPALSTAT

Notas: Dados se referem ao ano de 2019 para Panamá e Honduras e ao ano de 2020 para os demais países.

A porcentagem representa o total de mulheres com dedicação exclusiva as tarefas do lar em relação ao total de mulheres que compõe cada categoria. Dentre os três grupos, a maior porcentagem está no grupo com três ou mais crianças – ou seja, é mais frequente que mulheres nesta categoria se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico. Os números, porém, não são homogêneos entre os países. Para o Uruguai e Paraguai, a porcentagem de mulheres com dedicação exclusiva ao lar com três ou mais filhos é menor que a porcentagem de mulheres sem filhos no México, Colômbia e El Salvador, por exemplo. Estes três últimos países possuem uma porção

mais elevada de mulheres que se dedicam às tarefas do lar, principalmente quando se considera número de filhos; ou seja, apesar da porcentagem de mulheres se dedicando ao trabalho doméstico aumentar com o número de filhos em todos os países, existe uma grande diferença no tipo de ocupação das mulheres de cada país.

O grupo de mulheres sem filho pode indicar quais os países onde, independente da presença de crianças, existe uma tendência maior que as mulheres permaneçam ligadas somente ao trabalho doméstico não remunerado. México, Colômbia, El Salvador, Costa Rica e Honduras são os países com a maior porcentagem – e são, também, os países com os maiores percentuais de mulheres dedicadas ao trabalho doméstico, conforme apontado no Gráfico 4. Paraguai, Brasil e Uruguai apresentam os menores percentuais da categoria, assim como possuem menor porcentagem de mulheres dedicadas exclusivamente ao trabalho doméstico.

Dedicação exclusiva a tarefas domésticas implica que estas mulheres estão fora do mercado de trabalho e são consideradas como economicamente inativas, além de não possuírem renda própria.

TABELA 6 – TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO FEMININO SEGUNDO RENDA PRÓPRIA EM HORAS SEMANAIS

<b>Países</b>	<b>Com renda própria</b>	<b>Sem renda própria</b>
Brasil	21,5	27,8
Paraguai	29,1	36,7
Honduras	30,3	37,0
Colômbia	31,6	45,8
Peru	36,3	52,1
Costa Rica	37,2	51,4
El Salvador	37,7	53,9
Uruguai	39,7	48,7
México	40,6	56,5
Equador	41,6	44,2
Chile	42,5	56,1
Argentina	47,0	56,7

FONTE: CEPALSTAT

Notas: Se considera o dado do último período disponível. Honduras – 2009; Peru e El Salvador – 2010; Equador -2012; Argentina e Uruguai – 2013; Chile – 2015; Paraguai - 2016; Colômbia e Costa Rica – 2017; Brasil e México – 2019. Sem dados para República Dominicana e Panamá.

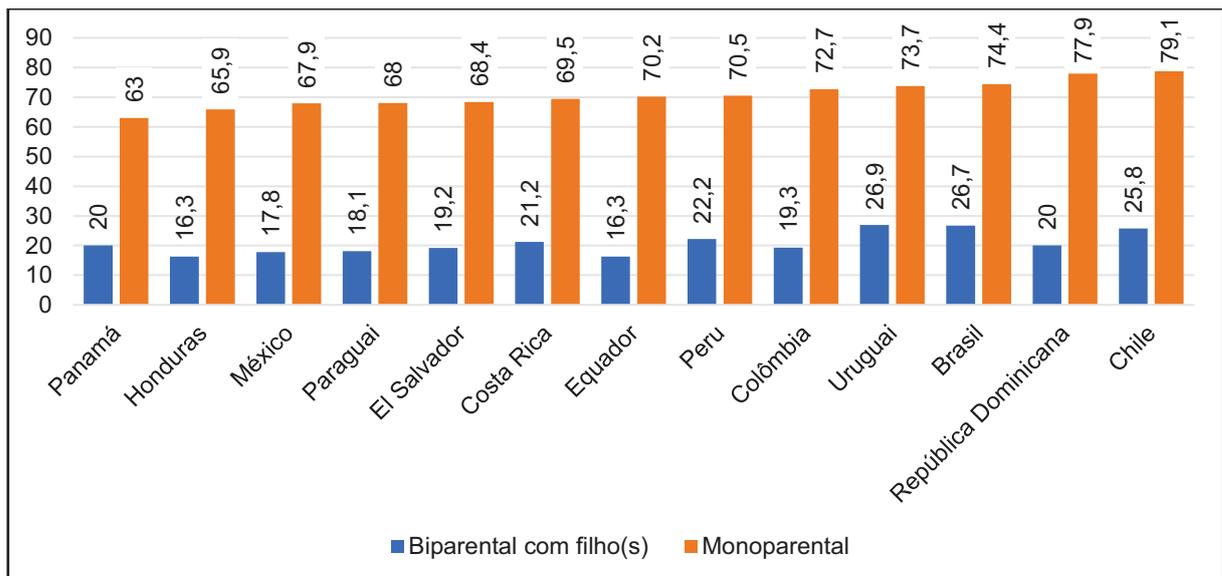
O tempo de trabalho desagregado por renda indica que mulheres com renda própria, no geral, dispõem de um tempo menor com trabalho reprodutivo não remunerado.

Os países com as maiores diferenças entre as horas de trabalho não remuneradas por renda própria são a Colômbia, Peru, El Salvador e México. Nesses países, o tempo de trabalho não remunerado é em média 44% maior para as mulheres sem renda própria – e, novamente, são os países com os maiores percentuais de mulheres com dedicação exclusiva ao trabalho doméstico (com exceção do Peru, que também possui a maior porcentagem de homens com dedicação exclusiva as tarefas do lar). Esses países apresentam um modelo de divisão sexual do trabalho mais próximo do tradicional, onde as mulheres são responsáveis exclusivamente pelas tarefas domésticas e de cuidado, sem renda própria.

Argentina, Honduras e Uruguai são os países com menor diferença no tempo de trabalho não remunerado, sendo este 22% maior para as mulheres sem renda própria. Esses países estão mais próximos do modelo de conciliação (onde as mulheres são responsáveis tanto pelas tarefas domésticas quanto pela renda familiar) ou delegação (onde mulheres com maior poder aquisitivo remuneram outra pessoa, geralmente uma mulher, para que realizem as tarefas domésticas e de cuidado).

Um dado interessante para a análise dos modelos tradicional e de conciliação é a quantidade de lares onde uma mulher é a maior provedora de renda, considerando diferentes configurações de lares.

GRÁFICO 6 – LARES ONDE UMA MULHER É A PRINCIPAL PROVEDORA DE RENDA, POR TIPO DE CONFIGURAÇÃO DO LAR (PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE LARES DA CATEGORIA)



FONTE: CEPALSTAT.

Notas: Se considera o dado do último período disponível. Honduras e Panamá – 2019; Demais países – 2020. Dados não disponíveis para Argentina.

Se considera biparental um lar integrado por um casal (pai e mãe) com um ou mais filhos e monoparental um lar integrado por somente um dos pais com um ou mais filhos.

O modelo de divisão sexual do trabalho tradicional, que possui a mulher como responsável pelos cuidados domésticos e o homem como provedor de renda, condiz com os dados dos lares bi parentais com filhos. Há pouca variação entre os países nessa categoria, e em nenhum deles a mulher é a principal fonte de renda do lar – ou seja, enquanto um casal heterossexual compõe um lar, a renda masculina é superior à feminina em 80% dos casos, em média.

A configuração de lar monoparental condiz com o modelo de conciliação. Ao contrário da configuração bi parental, em todos os países a maior parte dos lares tem sua maior renda obtida por uma mulher. Esses dados indicam conciliação pois, por ser monoparental, o trabalho doméstico aumentado pela presença de filhos é conciliado com o trabalho remunerado.

Mesmo com indicadores econômicos e sociais distintos, os países analisados apresentam tendências similares no que diz respeito ao trabalho doméstico não remunerado. O tempo de trabalho não remunerado desagregado por quantidade de filhos, local, renda e configuração familiar indica uma tendência geral da forte persistência da divisão sexual do trabalho e a invisibilidade econômica de sua execução e executoras, com encargos desiguais que tendem a desfavorecer a integração feminina à economia e o reconhecimento do valor econômico de tais atividades.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo deste capítulo é analisar, com base nos dados apresentados nos capítulos anteriores, quais são as características da divisão sexual do trabalho reprodutivo não remunerado na América Latina – quais as diferenças entre os países com diferentes contextos econômicos e sociais, qual modelo de divisão de tarefas é seguido e a influência dos diferentes contextos enfrentados pelas mulheres.

Antes do início da análise, é importante frisar que os dados referentes ao trabalho reprodutivo na América Latina ainda não têm ampla disponibilidade. Em sua maioria, os dados sobre divisão sexual do trabalho e trabalho reprodutivo vêm de poucas perguntas inseridas nos censos geográficos nacionais, para o qual não existe um padrão na América Latina. Ademais, não existe consenso sobre qual a melhor forma de mensurar o trabalho reprodutivo; este é um problema para além dos censos nacionais, entrando no campo da análise econômica. A maioria dos países optou por demonstrar a magnitude das formas de trabalho através da utilização do tempo, uma vez que a medição monetária em contas nacionais não é comum e não existe o aparato - teórico e prático - para fazê-lo atualmente. Justamente pela falta de padronização e continuidade das pesquisas de uso do tempo, os dados apresentados não são homogêneos no tempo para todos os países e devem ser interpretados com esta ressalva.

Dentre os quatorze países selecionados para a análise, existe uma grande disparidade social e econômica - reflexo das condições heterogêneas de desenvolvimento latino-americano. Portanto, a fim de comparar os diferentes contextos socioeconômicos e analisar seu impacto na divisão sexual do trabalho, os países serão analisados em agrupamentos baseados no PIB per capita, GDI e GII:

1. Uruguai, Chile, Panamá e Costa Rica
2. Argentina, Brasil, México, República Dominicana e Colômbia
3. Peru, Equador, Paraguai, El Salvador e Honduras

Este agrupamento propõe analisar os países com indicadores similares como uma única categoria, para efeito de simplificação das comparações de diferentes situações sociais, econômicas e de igualdade de gênero. É importante ressaltar que mesmo dentro da mesma categoria, os países podem apresentar índices distintos –

não é nosso objetivo generalizar as especificidades de cada local, mas sim compreender como, e até que ponto, contextos semelhantes produzem divisões do trabalho semelhantes.

Um ponto semelhante para todos os quatorze países analisados é o tempo total de trabalho, muito similar entre os gêneros, sendo ligeiramente maior para as mulheres em nove deles. O grupo 1 apresenta o menor número de horas de trabalho semanais, e o grupo 3 o maior, ainda que as diferenças entre eles não sejam tão grandes. Quando desagregado por tipo de trabalho, a divisão sexual do trabalho é colocada em evidência – em todos os países analisados, os homens dispendem mais tempo em trabalho produtivo remunerado e as mulheres em trabalho reprodutivo não remunerado. No grupo 1, as mulheres dispendem 70 horas a menos que os homens em trabalho remunerado e 83 horas a mais em trabalho não remunerado; no grupo dois, são 95 horas a menos (remunerado) e 107 a mais (não remunerado); e para o grupo 3, são 103 horas a menos (remunerado) e 110 a mais (não remunerado). Essa diferença aponta para o fato que as mulheres dos países com menor renda per capita e maior desigualdade de gênero tendem a trabalhar mais horas não remuneradas do que aquelas em países de renda mais alta e menor desigualdade. Porém, independente da renda per capita e nível de desigualdade, todos os grupos apresentam a mesma configuração: homens dispendem mais horas em trabalho remunerado e mulheres em trabalho não remunerado – e, no geral, as mulheres têm um tempo total de trabalho maior que os homens.

Conforme exposto pelo GII, em todos os grupos analisados a força de trabalho feminina é menos significativa que a masculina no mercado de trabalho formal; este fator contribui para que o tempo de trabalho remunerado das mulheres seja mais baixo que o masculino, porém esta diferença é mais do que compensada no trabalho reprodutivo.

Aprofundando-se na composição do tempo de trabalho total feminino, o percentual de mulheres com dedicação exclusiva às tarefas domésticas também mostra uma predominância do trabalho não remunerado sobre o trabalho remunerado. Em todas as categorias e países, o número de mulheres com dedicação exclusiva ao lar é maior que o dos homens. Porém, não existe uma tendência clara na diferença do percentual de homens e mulheres em relação ao PIB per capita ou nível de desigualdade; no Chile (grupo 1), por exemplo, o número de mulheres com dedicação

exclusiva ao lar é 30 vezes maior que o número de homens, enquanto no Peru (grupo 3) o número é duas vezes maior. O que fica claro através desta estatística é que, mesmo nos países com a menor desigualdade nos encargos de trabalho doméstico, ainda é evidente uma divisão sexual do trabalho tradicional; ou seja, as mulheres do grupo 1 trabalham menos horas com trabalho remunerado do que as mulheres do grupo 3, a dedicação exclusiva a esse tipo de trabalho continua sendo majoritariamente feminina.

Em comparação com a área urbana, o espaço rural possui maior quantidade de mulheres dedicadas exclusivamente ao trabalho doméstico, mas não existe uma indicação clara de que maior ocupação rural signifique maiores percentuais de dedicação exclusiva das mulheres ao trabalho não remunerado. No grupo 1, o Panamá possui a maior ocupação rural, mas na Costa Rica uma parte maior das mulheres nesses locais se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico. A Colômbia (grupo 2) se destaca com o percentual mais alto entre todos os países, mesmo não sendo o país com maior ocupação rural. Portanto, existem outros fatores que contribuem para o encargo feminino do trabalho reprodutivo além da ocupação rural ou urbana. Segundo Itaboraí (2016), dificuldade no acesso à eletricidade, água e serviços básicos são fatores que tendem a aumentar o tempo de trabalho reprodutivo não remunerado no meio rural e, conseqüentemente, a dedicação exclusiva a esse tipo de trabalho.

A presença de crianças no lar é um fator com influência direta sobre o tempo de trabalho não remunerado. Uma vez que recém-nascidos requerem muitos cuidados em seus primeiros meses de vida, geralmente durante a licença maternidade, o tempo de trabalho não remunerado tende a aumentar para as mulheres durante esse período. Apesar de diminuir após a criança passar dos cinco anos de idade, a carga de trabalho doméstico continua a ser muito maior quando comparada aos lares sem presença de menores. Não há diferenças significativas entre a proporção de aumento das horas de trabalho não remuneradas nos diferentes grupos. Em comparação com lares sem menores, nos lares com presença de menores de 15 anos as mulheres dispõem 2,7 vezes mais horas semanais com esse tipo de trabalho, e nos lares com presença de menores de 5 anos, o número é 3 vezes maior, em média.

A presença de crianças no lar também está relacionada com o percentual de mulheres com dedicação exclusiva as tarefas domésticas. México (grupo 2), Colômbia

(grupo 2) e Costa Rica (grupo 1) possuem os percentuais mais elevados de dedicação feminina ao trabalho doméstico, que podem ser atribuídos a maior proporção de mulheres que tem dedicação exclusiva ao lar quando há presença de crianças. Para Benston (1975), isso é um reflexo da construção social da mãe como responsável natural pela manutenção emocional e afetiva do lar, que resulta em um conjunto de obrigações sociais e expectativas comportamentais associadas a hierarquias e relações de gênero no grupo familiar.

Outro indicador da associação da responsabilidade das mulheres pelo lar é a comparação entre o principal provedor de recursos nas diferentes configurações familiares. A média de famílias onde uma mulher é a principal provedora de recursos é de 20% nos lares bi parentais (considerando um casal heterossexual) nos três grupos de países. Quando considerados lares monoparentais, este número sobe para uma média de 70%. Ou seja, na maioria dos casos em que os filhos moram com somente um dos pais, a mãe é responsável pelo trabalho de cuidado reprodutivo não remunerado de seu filho e pelo trabalho remunerado necessário para o sustento do lar. Já nos lares bi parentais, a responsabilidade pelo trabalho remunerado é predominantemente masculina.

Este último cenário aponta para o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho proposto por Hirata e Kergoat (2007), onde o papel familiar e doméstico é assumido pelas mulheres e o papel de provedor é assumido pelos homens. Esse modelo é visto mais claramente na Argentina, Honduras, República Dominicana, Equador e Colômbia. Nesses países, as mulheres dispendem um tempo muito maior no trabalho reprodutivo em comparação ao trabalho produtivo, e o inverso ocorre para os homens. Apesar de todos os países apresentarem uma clara divisão sexual do trabalho voltada para o modelo tradicional, Brasil, Panamá e Paraguai apresentam indícios do modelo de conciliação, onde tanto o papel doméstico quanto o de provedora são conciliados pelas mulheres, pela similaridade entre as horas dispendidas para cada tipo de trabalho. O modelo de delegação possui especificidades no contexto latino-americano que necessitam ser revisitadas mais a fundo.

Para a América Latina em geral, existe uma ligação entre o trabalho reprodutivo remunerado e o não remunerado. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), apontou que o trabalho reprodutivo constitui, atualmente, uma

fonte significativa de oportunidades de emprego remunerado para as mulheres latino-americanas – cerca de 47 milhões de pessoas exerciam essa atividade, sendo 36 milhões delas mulheres. A projeção da OIT é que o número de pessoas que necessitam de cuidados em tempo integral aumente em cerca de 51% até 2020, tornando o trabalho de cuidados remunerado indispensável para a manutenção da sociedade. Porém, os serviços de cuidados prestados comumente na América Latina através das diaristas e empregadas domésticas não configura um emprego formal na grande maioria das estatísticas nacionais oficiais, o que faz com que essas mulheres não se beneficiem de todos os seus direitos trabalhistas (GUIMARÃES E HIRATA, 2020).

Em suma, encargo desequilibrado do trabalho reprodutivo não remunerado não é influenciado somente pelas diferenças consequentes da desigualdade de gênero. É influenciado também pelo contexto socioeconômico, que possibilita o acesso a tecnologias e serviços que reduzem o tempo dispendido com as tarefas domésticas, ou que ainda delegam certos trabalhos para outras mulheres, de forma remunerada. A própria definição de quem é a contratante do serviço doméstico e quem é a contratada, em termos de classe, cor e escolaridade, é fruto do contexto econômico – porém, a consideração de que as tarefas domésticas são de responsabilidade femininas é pautada na divisão sexual do trabalho, bem como a delegação dessa responsabilidade para outras mulheres ao invés de homens. (GUIMARÃES E HIRATA, 2020).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia apresentou a dualidade do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo e seus encargos desiguais tendo a economia feminista como base teórica, que surgiu a partir da necessidade por uma teoria que incorporasse a realidade e o trabalho das mulheres à análise econômica. Diferentemente da abordagem da Economia e Gênero, a economia feminista tem uma abordagem essencialmente contrária ao viés androcêntrico, buscando uma reestruturação da economia em termos condizentes com o trabalho reprodutivo essencial para a manutenção da vida humana. Sem naturalizar ou justificar as diferenças entre os gêneros, seu principal objetivo é entendê-las como derivadas de estruturas de poder e construídas socialmente.

A dicotomia trabalho produtivo – não produtivo foi explorada através da divisão sexual do trabalho. A definição de trabalho reprodutivo tem pequenas variações por autor, mas em termos gerais pode ser explicada como todo o trabalho que é realizado com o objetivo de suprir as necessidades humanas, próprias e de terceiros, sem remuneração monetária por se encontrar fora do mercado. O trabalho produtivo, por sua vez, é aquele que gera valor monetário através da venda da força de trabalho no mercado. O pensamento econômico evoluiu de tal forma a considerar o trabalho reprodutivo como complementar ao trabalho produtivo. Apesar de existir uma dicotomia entre os tipos de trabalho, há também uma dependência; se as condições de reprodução não são realizadas, não há asseguração de continuidade de uma sociedade – a existência de uma sociedade depende da capacidade de reprodução e manutenção de seus membros.

Para a economia feminista, enquanto sexo é uma atribuição biológica, o gênero é uma construção social e cultural pautada em poder e dominação que designa padrões de comportamento e consumo com base no sexo biológico: A economia de mercado, não por acaso, é construída um viés androcêntrico que favorece o trabalho produtivo em detrimento do reprodutivo, em termos de reconhecimento. Por este motivo, a economia feminista foi a base teórica escolhida para a discussão dos encargos desiguais do trabalho reprodutivo.

Ao se optar pela análise de uma seleção de países latino-americanos, é necessário reconhecer a influência das diferenças históricas, no que toca a questão

racial e econômica, a organização das leis trabalhistas e as políticas públicas, além das grandes disparidades territoriais, políticas e jurídicas presentes através do continente somadas com as desigualdades econômicas e sociais e a escassez dos serviços disponíveis que tornam a América Latina heterogênea e muito complexa para ser analisada como uma unidade. Justamente essa pluralidade torna possível analisar a divisão sexual do trabalho em diferentes conjunturas – diferentes rendas, locais de ocupação, escolaridade, desenvolvimento econômico e social.

A obtenção de dados sobre o trabalho reprodutivo foi um desafio, visto que não há padronização na América Latina em quais dados são coletados, de que forma e com qual frequência. Graças ao trabalho da CEPALStat em consolidar e ajustar todas as pesquisas estatísticas de diversos países, foi possível fazer uma análise comparativa, mas ainda assim com ressalvas. É frequente a quebra de continuidade de uma série, a exclusão de um dado por incomparabilidade com as demais pesquisas ou mesmo a ausência de dados para um país. Apesar disso, o desenvolvimento de grupos de trabalho e sistemas para medição do trabalho cresceu – e continua a crescer – de maneira rápida e contínua na América Latina.

De maneira geral, foi verificado que o tempo de trabalho total é muito semelhante entre os gêneros. Quando segregado entre trabalho produtivo e reprodutivo, porém, existe uma grande divergência entre os gêneros, com as mulheres executando muito mais trabalho reprodutivo do que os homens. Fatores como o local de ocupação (urbano ou rural), renda, configuração familiar e presença de filhos se mostraram influentes para o aumento do encargo de trabalho reprodutivo, além de apontar para a interseccionalidade da desigualdade de gênero.

O desigual encargo do trabalho reprodutivo entre os gêneros, fruto da divisão sexual do trabalho, é um ponto em comum entre todos os países. Apesar de países com maior renda per capita, educação e desigualdade de gênero apresentarem menor nível de trabalho reprodutivo e uma divisão menos desigual, esses indicadores por si só não indicam que o principal problema estudado pela economia feminista se resolva com desenvolvimento econômico ou ainda social. Enquanto o desenvolvimento se der sobre as mesmas bases que geram a divisão sexual do trabalho, o problema irá persistir. O objetivo da economia feminista não é simples como diminuir a carga de trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres; a divisão mais igualitária é um ponto desejável, mas seu foco principal é o reconhecimento desse tipo de trabalho

pela teoria econômica, não como uma atribuição masculina ou feminina, mas como uma parte indispensável da manutenção dos indivíduos. Desvincular a ideia de que um trabalho é feminino ou masculino e reconhecer seu valor não apenas como uma “obrigação” ou “por amor” envolve desconstruir os paradigmas sociais, de expectativa de comportamento e presunção de responsabilidades definidas somente pelo gênero.

A monografia atingiu o objetivo a que se propôs, revisando o conceito de trabalho reprodutivo pela divisão sexual do trabalho e compondo uma visão geral de seus impactos na América Latina levando em consideração os diferentes contextos regionais.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Considerando o objetivo dessa monografia de expor e comparar dados estatísticos para compor o cenário da divisão sexual do trabalho em diversos países da América Latina, a recomendação para trabalhos futuros é explorar as consequências do resultado exposto pelos dados – o fato de que as mulheres possuem uma carga de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) muito superior aos homens, sendo ainda esse trabalho praticamente invisível na teoria econômica neoclássica por estar fora do mercado. O impacto no tempo livre, autonomia, independência financeira e qualidade de vida são aspectos a serem estudados no âmbito da integração e papel feminino na economia, enquanto o estudo do valor e relevância do trabalho não remunerado, não captado pela teoria econômica neoclássica, é uma sugestão de estudo no âmbito da economia política.

O estudo das políticas públicas voltadas para o trabalho reprodutivo e de cuidados, com especial foco na igualdade dos encargos por gênero, também é recomendado para uma análise “um passo à frente” do resultado dessa monografia. O papel do Estado na estruturação de uma rede de trabalho de cuidado e apoio que possibilite maior inclusão feminina na economia, sociedade e política é um também um tema a ser estudado para maior compreensão dos efeitos da exclusão de um trabalho tão vital por parte da teoria econômica.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rosario; FERRARI, Fernanda. Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe. **Asuntos de Género**, Santiago, v. 122, n. 1, p. 01-101, fev. 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/5851>. Acesso em: 01 fev. 2023.

TOSONI, Germán Alarco. Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011. **Revista de La Cepal**, [S.L.], v. 2014, n. 113, p. 43-60, 22 set. 2014. United Nations Publications. <http://dx.doi.org/10.18356/e24ee4e5-es>. Acesso em: 8 set. 2022.

PÉREZ OROZCO, A. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados**. 1. ed ed. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006.

BARAJAS, M. DE LA P. L.; BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2016.

BENGOA, C. C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 31–68, 30 dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11703>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BENSTON, M. The Political Economy of Women's Liberation. **Monthly Review**, v. 21, n. 4, p. 13, 1 set. 1969.

CARRASCO, C. **Estudios sobre género y economía**. Madrid, España: Akal Ediciones, 2006.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob Suspeita**. Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF, 2012

CEPALSTAT Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas: Base de dados. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=es>. Acesso em: 8 set. 2022.

ELMER, M. C. REID, Margaret. **Economics of Household Production**. New York: John Wiley and Sons, Inc. mar. 1934.

FERBER, M. A. **A Feminist Critique of the Neoclassical Theory of the Family**. In: Women, family, and work: writings on the economics of gender. Oxford, U.K. ; Malden, Mass: Blackwell, 2003.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 559–583, set. 2018. Acesso em: 20 jul. 2022.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. El cuidado: sus formas, relaciones y actores: Reflexiones a partir del caso de Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo;

HIRATA, Helena (org.). **El cuidado en América Latina : mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay**. Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, dez. 2007.

ILO (International Labour Organization). *Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work: Base de dados*. Genebra, 2018.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 101-138. ISBN 978-85-87847-03-4. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso\\_do\\_tempo\\_e\\_genero.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf). Acesso em: 8 set. 2022.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, H. et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 67-75, 2009.

MASOLIVER, Marta Selva. In: CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva, Organização Feminista, 2012.

NELSON, J A. **Feminist Economics**. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Basingstoke, Hampshire ; New York: Palgrave Macmillan, 2005.

NELSON, J. A. **Feminism, objectivity and economics**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 1996.

NIETO, M. P. Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo. In: GARCIA, B.; PACHECO, E. (ed.). **Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México**. 1. ed. México, DF: Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

NU. CEPAL-MÉXICO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/40170-classification-time-use-activities-latin-america-and-caribbean-causal>>.

NATIONS, U. **Gender Inequality Index**. [s.l.] United Nations, [s.d.]. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index>>. Acesso em: 8 set. 2022

NATIONS, U. **Gender Development Index**. [s.l.] United Nations, [s.d.]. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/gender-development-index>>. Acesso em: 8 set. 2022.

PAPADÓPULOS, Jorge; RADA KOVICH, Rosario. Estudio comparado de educación superior y género en América Latina y el Caribe. In: UNESCO (org.). **Informe sobre la educación superior en América Latina y el Caribe**. Caracas: Unesco, 2005.

PERONA, E. (ED.). **Economía feminista: ensayos sobre el papel de la mujer en la economía, la educación y el desarrollo**. Córdoba, Argentina: Asociación Cooperadora de la Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Córdoba, 2012.

PUJOL, M. A. **Feminism and anti-feminism in early economic thought**. Cheltenham Northampton, MA: Elgar, 1998.

ROBEYNS, I; (2001). “Esiste una metodologia economica feminista?” In: Di CORI, P.; BARAZETTI, D. **Gli studi della donna in Italia. Una guida critica**. Roma: Carrocci, p. 119-145.

TEIXEIRA, M. O. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 135–166, 30 dez. 2018.

TEIXEIRA, M. O. Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. São Paulo: SOF Sempre Viva, Organização Feminista, 2012.

United Nations Development Programme; Human Development Reports. **Human Development Report 2021/2022**. Disponível em [https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22\\_HDR/hdr2021-22\\_technical\\_notes.pdf](https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22_HDR/hdr2021-22_technical_notes.pdf). Acesso em: 4 fev. 2023.

United Nations General Assembly. (2015, October 21). **Transforming our world: The 2030 Agenda for sustainable development** (Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, U.N. Doc. A/RES/70/1). Disponível em: <[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2022.

VACA TRIGO, Iliana; BARON, Camila. **Descenrar el producto interno bruto (PIB): bienestar, cuidados y tempo**. Documentos de Proyectos(LC/TS.2022/80), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.